



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

EM: 06.04.2021

INÍCIO: 15h30min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
SR. CIRONE DEIRÓ

SECRETÁRIO: SR. EYDER BRASIL
SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 6ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Concedo Questão de Ordem para o Deputado Lazinho. Eu gostaria de fazer um pedido a todos os deputados para a questão de concessões de pedidos de Ordem, somente temas

realmente relevantes, senão a nossa Sessão se alonga muito, demasiadamente.

Com a palavra, o nobre Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Senhor Presidente, eu só peço a inscrição depois, na hora da fala a gente coloca, porque tem que fazer a leitura da ata, em primeiro lugar, não é? Eu aguardo. Eu peço só a minha inscrição, por favor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito, Deputado Lazinho. Muito obrigado.

Gostaria de solicitar ao Senhor Secretário, que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) -Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado, Senhor Secretário Deputado Eyder Brasil.

Lida a ata, coloco em discussão a ata que acaba de ser lida. Alguém gostaria de discutir? Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do material de Expediente recebido, por favor.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*)- Presidente, peço, por favor, para registrar minha presença. Deputado Aélcio da TV.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Por favor, registra a presença do Deputado Aélcio da TV.

O SR. EYDER BRASIL(Secretário ad hoc) -Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

- Mensagem nº 59/2021 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 8.130.000,00, e cria Ação, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC".

- Mensagem nº 60/2021 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 17.250.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS".

- Mensagem nº 61/2021 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 1.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES".

- Mensagem nº 62/2021 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir

Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 150.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - FAPERÓ".

- Mensagem nº 63/2021 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 67.232.484,63, em favor da Unidade Orçamentária Recursos Sob a Supervisão da SEFIN - RS-SEFIN".

- Mensagem nº 64/2021 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 10.180.539,64, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial de Proteção Ambiental - FEPRAM".

- Mensagem nº 65/2021 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 2.259.861,00, e cria Ação na Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Educação - SEDUC".

- Mensagem nº 66/2021 - Poder Executivo, indicando o nome do Sr. Reginaldo Girelli Machado para ocupar o cargo de Presidente da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON.

- Mensagem nº 67/2021 - Poder Executivo, indicando o nome do Sr. Paulo Renato Haddad, para ocupar o cargo de Presidente da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - FAPERÓ.

- Mensagem nº 68/2021 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 1.033, de 22 de agosto de 2019".

- Mensagem nº 69/2021 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 1.495.800,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial de Modernização Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia -FUMORPGE.".

- Ofício nº 1731/2021 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1479/2021 de autoria da Comissão Temporária de Fiscalização das Medidas Impostas dos Decretos.

- Ofício nº 1730/2021 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1553/2021 de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin.

- Ofícios nºs 1728, 1699/2021 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1429, 1428/2021 de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

- Ofício nº 1698/2021 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1443/2021 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

- Ofício nº 103/2021 - Tribunal de Contas do Estado, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1385/2020 de autoria do Senhor Deputado Jair Montes.

- Ofício nº 1729/2021 - DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2414/2021 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

- Ofício nº 058/2021 - Defensoria Pública do Estado, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2163/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

- Recurso nº 001/2021 - Deputado Eyder Brasil, encaminhando recurso ao Plenário desta casa de leis, contra o parecer contrário da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei nº 947/2021.

Lido o Expediente recebido, Senhor Presidente.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) - Presidente, registra a minha presença. Deputada Rosângela Donadon.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Por favor, registra a presença da Deputada Rosângela Donadon. Eu gostaria de ler aqui os deputados inscritos. Se mais algum deputado quiser se inscrever, os deputados que estão on-line. Está inscrito aqui, primeiro está o - não sei de quem que é essa letra aqui, está difícil de entender - Deputado Eyder Brasil, Deputado Jean Oliveira, Deputado Laerte Gomes, Deputado Adelino Follador, Deputado Jhony Paixão, Deputado CironeDeiró, Deputado Luizinho Goebel, Deputado Lazinho.

Mais algum deputado gostaria de se inscrever para as Breves Comunicações? Não havendo, vamos dar prosseguimento à Sessão.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente, é Chiquinho da Emater.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Chiquinho, após o Deputado Lazineho. Continuação do Expediente, com a leitura, Deputado Eyder Brasil.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, só para fazer aqui um registro e pedir a possibilidade de nós fazermos aqui um minuto de silêncio. Faleceu agora a pouco, um funcionário desta Casa, Pastor Moisés. Trabalhou quase 2 anos comigo no meu gabinete, depois, agora por último, estava no gabinete do Deputado Marcelo Cruz, vítima da Covid-19.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convido a todos os deputados para permanecerem de pé, em sinal de respeito ao falecimento do servidor da Casa de Leis.

(Faz-se um minuto de silêncio)

Obrigado a todos. Com a palavra, o Senhor Secretário Eyder Brasil para a continuação dos trabalhos.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - Continua a leitura do expediente recebido:

- APRESENTAÇÃO DE DENÚNCIA DE AUTORIA DO SENHOR JESUÍNO SILVA BOABAID. Apresenta denúncia por quebra de decoro

parlamentar do Deputado José Geraldo Santos Alves Pinheiro, conhecido como Geraldo da Rondônia.

Lido o Expediente recebido, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passemos às Breves Comunicações.

Convido, neste momento, Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil, cinco minutos sem direito a aparte.

O SR. EYDER BRASIL - Boa tarde, meu Presidente, Deputado Alex Redano. Boa tarde, nobres pares que se encontram presencialmente aqui e aqueles de forma remota. Cumprimentar a imprensa que está aqui nos acompanhando também e todos os servidores da Casa. Já lamentar aí mais uma perda de mais um servidor desta Casa de Leis.

Presidente, eu recebi uma denúncia ontem a respeito de uma empresa de alimentos que ganhou uma licitação milionária da Secretaria de Justiça. Empresa por nome Sabor a Mais. Que mesmo as empresas que participaram do processo licitatório emergencial e, diga-se de passagem, que há mais de 6 anos não existe processo licitatório ordinário e é sempre da forma presencial. E a Secretaria de Justiça se aproveitou do Decreto de Calamidade Pública, onde dispensa a forma tradicional de licitação e fez o processo emergencial, Presidente. Um processo milionário. Infelizmente, já começam daí os problemas.

Deputado Alex Silva, essa empresa não tem cozinha adequada para preparar os alimentos. Uma outra empresa apresentou um recurso contra ela e não sei porque cargas d'água, essa empresa foi vencedora, mesmo com denúncias. E

o proprietário, o titular desta empresa, Deputado Ezequiel Neiva, é o mesmo cidadão que foi preso em junho do ano passado por ter vendido testes rápidos para o Governo do Estado e não ter entregue. É a mesma pessoa. E aqui, a nossa equipe fez uma investigação na manhã desta terça-feira, onde a gente constatou que essas denúncias eram reais. Por favor, Assessoria da Mesa, coloca o vídeo para mim, por favor. Tem um vídeo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Por favor.

(Apresentação de vídeo)

O SR. EYDER BRASIL - Enquanto sai o vídeo, eu posso falar aqui, não é? Tem problema? Vai sair o áudio? Para a gente ganhar um tempo. Está saindo o áudio.

Então, ele apresentou um documento falso no processo licitatório. Falso, Deputado Jair Montes.

Aqui está funcionando hoje a cozinha que fornece comida aos presídios, nesse puxadinho. Ontem, inclusive a equipe da Sejus já esteve aí e fez essa visita *in loco* e constatou aí "n" irregularidades.

Um contrato milionário, milionário, mais de R\$ 2 milhões, quase 2 milhões e 300.

Essas aí são as condições.

(Encerra a apresentação de vídeo)

Então, essa aí é a realidade nosso do Governo do Estado, Deputado Luizinho Goebel. Eu quero acreditar que o nosso Governador não tem consciência do que esteja acontecendo onde já foi o seu local de trabalho, onde foi a

sua Secretaria. Alguns dias atrás, recebemos aqui nesta Casa o Secretário de Justiça, Deputado Jair Montes, e ele se comprometeu, não com o Parlamento, mas especificamente ao senhor, que o senhor cobrou uma data, e ele disse que, no dia 30 de março, estaria entrando nesta Casa aqui aquilo que foi demandado pelos policiais penais, e que foi dado voz por estes parlamentares. Infelizmente, mais uma vez, este Parlamento foi tratado de forma inadequada, Deputado Alex Silva, para não falar aqui uma coisa mais grave. Infelizmente é como o Governo – e eu não falo da pessoa do Governador, mas de seus Secretários e Superintendentes – como ele vê este Parlamento. Eu peço aqui ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado, que assim como fez com o contrato da Sedi, suspendendo o contrato de R\$ 1 milhão na Sedi, que suspenda, que oriente o Governo do Estado de Rondônia a suspender esse contrato milionário que existe na Sejus. E aqui eu quero falar que essa empresa não tem apenas esse contrato com a Sejus, Deputado Anderson Pereira. Ela também tem uma licitação ganha no município de Rolim de Moura, no município de Pimenta Bueno, e no município de Nova Mamoré. Se houve irregularidades aqui na nossa capital, se houve irregularidades desta afronta ao poder público aqui na nossa capital, imagine o que não está acontecendo no interior do Estado. Imagine para onde está indo o dinheiro do nosso Estado: para essa empresa, que é chefiada, que é comandada por alguém que já foi alvo da Polícia Federal, inclusive cerceando o direito de liberdade dele, com a prisão desse cidadão.

Infelizmente, essa é a nossa realidade, essa é a nossa realidade. Enquanto o foco de muitos está na pandemia, no enfrentamento à Covid-19, tem indivíduos que estão se beneficiando, que estão levando recursos públicos de forma errada.

E eu quero aqui já pedir ao Governo do Estado de Rondônia que afaste das suas funções a equipe de licitação da Sejus, porque é inadmissível, Deputado Jair Montes, eles receberem informação de que essa empresa não tinha cozinha adequada para fornecer alimentação e, mesmo assim, a equipe de licitação fazia vista grossa. Isso é inadmissível!

As denúncias que chegarem ao nosso gabinete, nós teremos o mesmo cuidado de fazer a investigação necessária e apresentar as denúncias cabíveis tanto ao Ministério Público quanto ao Tribunal de Contas. Obrigado, Presidente.

O SR. JAIR MONTES - Questão de Ordem, Presidente. Rapidinho.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu vou abrir somente esta exceção e, novamente, eu gostaria que os deputados evitassem as Questões de Ordem. Nós estamos abertos às inscrições. Se algum deputado não se inscreveu, quiser se inscrever, estamos à disposição. Mas, concedo a Questão de Ordem ao Deputado Jair.

O SR. JAIR MONTES - Presidente, esta Questão de Ordem é para tratar do assunto. É inadmissível essa denúncia que o nobre Deputado traz, é uma denúncia muito séria.

Logo no início do meu mandato, eu fui buscar por que... Aqui está o Deputado Anderson, que, além de Deputado, é servidor público do quadro da Polícia Penal, e há mais de seis ou dez anos que não consegue fazer uma licitação de alimentação dos presídios. Isso é um absurdo.

É sempre emergencial, emergencial, renova, emergencial, e não consegue fazer uma licitação.

Então, é algo que precisa ser apurado. Existe algo errado no setor de licitação do Governo do Estado, na Sejus, e também na licitação do Estado. Tem que ver o que está acontecendo. É uma denúncia muito, muito séria. E por que não acontecem essas licitações e ficamno emergencial? Então essas são as ponderações que eu quero fazer.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito. Com a palavra, nobre Deputado Jean Oliveira.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - Vai declinar.
(fora do microfone)

O SR. JEAN OLIVEIRA- Senhor Presidente, pode avançar.
(fora do microfone)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Declina do uso. Convido, neste momento, o nobre Deputado Laerte Gomes para as Breves Comunicações. Está on-line. Cinco minutos, sem direito a aparte.

Com a palavra, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Obrigado, Presidente. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, colegas deputados que estão presenciais, colegas

deputados que estão on-line, aos amigos da imprensa, aos que estão nos assistindo através da TV Assembleia.

Presidente, antes de me pronunciar no tema, eu gostaria de agradecer a todos os colegas deputados, todas aquelas pessoas do Estado de Rondônia que oraram, rezaram, dentro da sua fé, pelo restabelecimento da minha sogra, Maria Lucieda de Holanda Rego. Mas, infelizmente, Deus quis levar. Para a gente, infelizmente, para nós, Deus quis levar e Deus quer os bons perto dEle. Então eu quero deixar aqui os agradecimentos em nome de toda família, a todos vocês, a toda população que orou, que rezou, mas a vontade de Deus tem sempre que prevalecer. Deus é Deus e sabe de todas as coisas. Na semana que vem eu vou fazer um pronunciamento aí presencial, falar um pouco da história dela e do trabalho dela, principalmente no município de Alvorada d'Oeste, como Juíza de Paz, como Secretária de Assistência Social, como Secretária de Administração, falar um pouco do legado que deixa para nós e do exemplo de vida que nos deixou, tanto para a família, para os filhos, netos, irmãos, para toda família.

Presidente, eu quero falar hoje sobre um tema que está assolando e prejudicando muito um setor, um segmento do setor produtivo que é fundamental para a geração e emprego e renda no Estado de Rondônia, tanto na zona rural como também nas cidades, nos comércios, que é a questão do leite. Nós temos visto imagens muito fortes nas redes sociais, dos produtores se organizando, não entregando leite, os caminhões, os 'freteiros' tentando furar o bloqueio, jogando leite fora e a gente vê essas imagens e fica triste. Não pelos produtores, lógico, a gente fica triste com o descaso com que está sendo tratada a produção de leite, a cadeia leiteira no Estado de Rondônia.

Nós temos um cartel, e começa nesse processo isso Presidente, Vossa Excelência que está com a ideia, a sugestão de criar aí uma mesa de debates sobre isso, começa com o cartel e tem que ter coragem de enfrentar esse cartel de laticínios em Rondônia que há tempos vem operando contra os produtores do Estado de Rondônia. E digo mais, liderado pelo Laticínio Italac, que monopolizou a compra de leite de Rondônia. Os outros laticínios que não acompanharem o que o Italac faz, vão quebrar, porque o Italac vai na região dele, vai pagar mais caro o leite e vai quebrar ele, depois vai tomar o laticínio dele, vai fechar o laticínio da cidade, gerando desemprego e vai levar o leite para Jaru e depois vai pagar o preço que quer para o produtor. Essa é a grande realidade que vive hoje a cadeia leiteira no Estado de Rondônia. Infelizmente ainda não temos aqui o cooperativismo de indústria como tem em outros Estados, como Paraná, como Rio Grande do Sul e aqui estamos sujeitos a essas indústrias que não têm a percepção que o maior patrimônio deles é o produtor, que o maior patrimônio deles é o produtor que produz o leite para eles gerarem emprego, renda e riqueza para eles.

Hoje eu vi na parte da manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Adelino Follador ligou para o irmão dele no Rio Grande do Sul, que entrega leite para o Italac, pagou R\$ 2,20, lá no Rio Grande do Sul, e aqui R\$ 1,20. Um absurdo. Mês passado, na faixa de R\$ 1,70, R\$ 1,80; esse mês caiu quase 40%, para R\$ 1,20 sem nem comunicar, sem nem avisar o produtor. Inclusive temos leis estaduais criadas pelo Deputado Lazinho da Fetagro que obriga a falar o preço do próximo mês – acho que são 20 ou 30 dias antes – e eles não cumprem, não respeitam nem a legislação estadual, esses laticínios. Sendo que o produtor tem um custo cada vez mais caro para produzir o leite. Todos sabem o preço que subiu o milho, o algodão, o preço

que subiu a soja, o sal, a ração que é composta disso, todo mundo sabe o tanto que subiu a produção do produtor e o produtor, quando vai receber o seu cheque do leite vem a R\$ 1,20, R\$ 1,30, dependendo da região.

Então, é um crime o que estão fazendo, é um assalto. Estão roubando os nossos produtores de leite. E a gente se indigna, fica mais indignado a cada momento, sabendo que essas indústrias têm mais de 90%, Deputado Lazinho, de isenção de impostos de ICMS, como desculpa para gerar emprego. Enquanto que o produtor, que é o que mais gera emprego e renda, não tem 1 centavo de isenção. E esta Casa precisa rever isso. Também se a gente for se aprofundar na questão do leite, nós já estamos há anos, não é só neste governo não, no governo passado, do Confúcio, também, nós não tínhamos um programa de incentivo à produção de leite: ao melhoramento genético, melhoramento de rebanho, a produzir mais com menos cabeça de gado, a comida para o gado. Não tem um Projeto do Governo do Estado de subsídio ao pequeno produtor para isso. Nós temos o ProLeite com muito dinheiro, mas, infelizmente, o Secretário de Agricultura, a Emater, a direção da Emater só quer comprar carro novo, só carro novo com o dinheiro do ProLeite, só carro novo. Infelizmente. Uma falta de gestão, uma falta de visão, sabendo que o leite é um dos principais contracheques, principalmente, com peso na economia dos pequenos e médios municípios de Rondônia.

E, também, Senhor Presidente, no passado nós já tivemos nesta Casa – que eu acredito até com muito sucesso –, uma CPI do leite. Na época o ex-deputado estadual Jesualdo Pires foi o presidente, foram feitas várias parcerias, inclusive com a universidade – não sei se a federal ou estadual do Paraná –, e foi criado o Conseleite. Na época, no início, funcionou bem. Funcionou bem. Depois,

me parece que os laticínios já não respeitavam mais e já não se reuniam mais para discutir isso. E o que mais revolta a sociedade, o que mais revolta os produtores e também os consumidores, que vivenciam este drama, é você ir ao supermercado, senhores deputados, e o preço do queijo muçarela, o preço do leite em caixinha está o mesmo preço, não abaixou nada. Quer dizer, só oscila o preço para baixo, só oscila o preço para baixo do produtor, do preço do leite. No supermercado é a mesma forma. Eu recordo que há 3 anos, no governo passado, a Secretaria Estadual de Fazenda baixou um Decreto de Resolução proibindo os supermercados, os varejistas e atacadistas, de aproveitar o crédito tributário dos leites que eles compravam de outros Estados, de caixinha. Porque se aproveitavam do crédito tributário. Aqui é R\$ 17,00; pagava R\$ 12,00, lá, de crédito de tributário, aproveitava 5%. Pagava R\$ 7,00 aproveitava R\$ 10,00. Eles vetaram isso para fortalecer a indústria local – no caso aqui o Italac, na época, o Tradição –, para poder pagar melhor para o produtor, para tirar um pouco da concorrência. Muito pelo contrário, o leite do supermercado subiu e para o produtor, o leite baixou, não é? Esse protecionismo está prejudicando hoje, muito, o consumidor porque o leite subiu.

Então é o momento de se discutir isso com muita seriedade. Eu fico muito preocupado, o Deputado Lazinho também tem essa preocupação, quando se criam comissões, se cria tudo e, de repente, não chega a lugar nenhum, lá na frente. A revolta dos produtores é muito grande, não é? O problema é que a gente sabe que tem o viés comercial também, mas é uma guerra entre laticínios e produtores. Pode vir para a Casa e a Casa não tem as ferramentas necessárias para poder resolver isso. Então tem que se pensar bem e acho que a Secretaria de Estado e Agricultura antes...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Laerte, só avisar a Vossa Excelência que já excedeu o tempo. Um minuto para a conclusão.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Me dá mais um minuto, Presidente? O senhor me permite mais um minuto?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim. Permito, com certeza.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) - Obrigado. Então eu acho, Presidente, a ideia, a sugestão é boa, a gente está aqui para contribuir, mas acho que o Governo do Estado, a Secretaria Estadual de Agricultura, volte a pensar nos produtores, que encare esse cartel. Nós temos um cartel. Nós temos um cartel de laticínios em Rondônia, liderado pelo Italac. Precisa-se rever o incentivo fiscal e precisa-se fiscalizar com firmeza, tanto os laticínios, como também, chamar os supermercados para poder ver os preços que estão pagando, os preços abusivos que estão exercendo sobre o consumidor.

Então, eu queria deixar essa revolta e me solidarizar, Senhor Presidente, com todos os produtores rurais que estão cobertos de razão, cobertos de razão. É impossível produzir leite a R\$ 1,20, a R\$ 1,10; R\$ 1,20, no preço que as coisas estão e, aí, os produtores já se revoltam e estão fazendo essa manifestação. Estão corretos, têm o nosso apoio e é preciso que se faça alguma coisa antes que a nossa cadeia produtiva do leite, que é tão importante para a nossa

economia, vá a zero e a nossa produção continue fazendo como está, a cada ano, caindo. Já temos visto, de 5 anos para cá, a gente diminuiu mais de 30% da produção de leite. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras, Deputado Laerte. Concordo. Inclusive, eu já fiz a proposta para os nobres deputados e quero novamente falar aqui. A proposta, senhores e senhoras deputadas, é fazermos uma Comissão Temporária Especial e envolvermos, principalmente os produtores de leite do Estado para juntos, a Assembleia Legislativa intermediar uma solução. Então gostaria de ouvi-los. Eu tenho já alguns deputados que pediram, querem fazer parte dessa comissão. Eu vejo de grande importância a Assembleia entrar nessa articulação e realmente lutar para que não aconteçam esses abusos. Acabei de ver aqui, o Deputado Adelino Follador mostrando vários vídeos. O pessoal jogando, abrindo os tanques de caminhões de leite, está aqui mostrando agora, e soltando o leite na estrada.

Então, realmente, é um momento desesperador. É um absurdo o que estão fazendo com os nossos produtores rurais. Então, logo mais vamos entrar nesse assunto e eu gostaria que os deputados que têm interesse em fazer parte, que depois se manifestassem.

Gostaria de convidar o nobre Deputado Jean Oliveira, para uso da tribuna, cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, cumprimentar a todos os Deputados. Dizer que venho a esta tribuna porque muitos amigos produtores rurais, produtores de leite, solicitaram

a minha opinião, solicitaram a manifestação em apoio a essa classe de trabalhadores rurais que é tida como os trabalhadores que mais lutam. Que acordam cedo, Deputado Ezequiel, madrugada, para ir tirar leite, para não deixar faltar esse alimento importante na mesa dos rondonienses, dos brasileiros, porque muito do leite de Rondônia chega às prateleiras de supermercados de outros Estados, e até mesmo através do queijo, que é derivado do leite, chega aos grandes centros deste País, e a um dos maiores centros do mundo de gastronomia, que é São Paulo. São Paulo é uma das cidades que detém uma das maiores gastronomias do mundo e muitas das pizzas de São Paulo usam queijo fabricado aqui no Estado de Rondônia, do leite, da vaca do produtor do Estado de Rondônia.

Senhor Presidente, eu quero te parabenizar pela atitude democrática de abrir para todos os deputados participarem dessa Comissão. Sugiro que essa Comissão se reúna o mais rápido possível, Presidente, para deliberar sobre esses assuntos. Eu não venho aqui, Senhor Presidente, arrumar culpado para essa situação, dizer que a responsabilidade é da indústria, dizer que a indústria formou um cartel, pois existe um ditado que o produtor rural vai entender, que diz o seguinte: "cerca baixa é que deixa boi roceiro". O que deixa o monopólio acontecer é a falta da política pública do Estado. Não é culpa da empresa, da indústria. Onde há espaço eles vão, cada vez mais, ocupando. Esta Casa se manifestou várias vezes contra, repudiou esse tipo de comportamento. Eu fiz aqui uma conta rápida. Eles reduziram, de um mês para o outro, 40% o preço do leite, sem nenhum tipo de aviso prévio, coisa que várias vezes foi exigido por esta Casa.

Acontece, Senhor Presidente, que a única maneira de nós conseguirmos equilibrar essa discussão é utilizando o

mecanismo tributário, é utilizando os incentivos que o Estado de Rondônia dá. E eu já falei várias vezes para o Secretário de Agricultura, já falei várias vezes para o Senhor Evandro Padovani que ele tem que começar a ser Secretário de Agricultura do pequeno produtor também. Já discuti com ele lá na sala do Coordenador da Receita do Estado, lá na Sefin, sobre ações de equilíbrio à produção leiteira. E o mesmo me garantiu que a Seagri estava trabalhando uma proposta de fazer o preço ser respeitado a partir do custo da produção.

Então, Senhor Presidente, eu digo para o senhor facilmente, é dizer que o laticínio que não respeitar a política imposta pelo Estado, que ele perca, de forma proporcional, o incentivo tributário que ele detém. O Estado precisa colocar, Deputado Crispin, o custo de produção, e sobre o custo de produção o produtor rural ter uma lucratividade.

Então, não tem como o laticínio pagar menos do que o custo de produção mais a lucratividade do produtor rural. Se caso o laticínio não respeitar essa política imposta pela Secretária de Agricultura, em convênio com a Secretaria de Fazenda do Estado, o incentivo fiscal, automaticamente, é abatido dele. Porque quantas vezes a cadeia produtiva das indústrias vêm a esta Casa, de pessoas que têm condições de pagar grandes contadores, grandes advogados, brigar aqui para esta Casa flexibilizar as normas, brigar aqui para pedir para o Governo do Estado diminuir a rigidez. O produtor rural, coitado, não tem as mesmas condições para vir até Porto Velho, sentar com o Secretário de Fazenda, sentar aqui dentro da Assembleia Legislativa, de forma organizada, e pedir para os deputados fazerem a mesma coisa.

Portanto, a Secretaria de Estado da Agricultura tem que formalizar uma proposta levando em consideração o custo de produção, levando em consideração que o produtor rural precisa de ter um lucro sobre o custo de produção. E a partir daí isso ser uma regra. Onde já se viu, por qual motivo o laticínio, da noite para o dia, baixa o leite 40%? Baseado em que os laticínios fizeram isso? O custo de produção não baixou. O preço do leite na prateleira não baixou.

A minha indignação aqui – Deputado Laerte falou, eu creio que ele disse isso, eu não entendi muito bem –, mas foi feita uma ação, Deputado Chiquinho, através de Decreto, capitaneado pelo Secretário de Agricultura do Estado, de aumentar a pauta da importação de leite de outros Estados, aquele leite Piracanjuba, aquele leite Ninho – qual outro leite que é famoso de outro Estado –, que vem para Rondônia, ele está sendo majorado na tributação para incentivar o rondoniense a comprar o produto fabricado em Rondônia. Para quê? Para daí, o frigorífico receber esse incentivo, agora, a menos de três, quatro meses atrás e fazer isso com o produtor de Rondônia? Isso é falta de respeito, sim, da indústria. Mas a indústria faz porque o Estado permite que ela faça. Comece a ser rígido com essas indústrias, que eu tenho certeza absoluta que vai acabar esse cartel que foi dito aqui, pelo Deputado Laerte.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Tema importante. Convido, neste momento, o nobre Deputado Adelino Follador.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu gostaria, Deputado Laerte, pedir para nós segurarmos um pouquinho as Questões de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES *(Por videoconferência)* - Mas não é Questão de Ordem, não, Presidente. Só que eu fiz um discurso de cinco minutos para mim mesmo, porque ninguém ouviu nada. Infelizmente, o meu pronunciamento não saiu nem no site da TV Assembleia, nem no YouTube. Não tem nada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sério? Vou verificar, Senhor Deputado. Isso é muito grave, meus amigos.

O SR. JAIR MONTES - Eu ouvi tudo, aqui, o que o senhor falou.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Laerte tem razão. Hoje são milhares de pessoas que nos acompanham de forma virtual, inclusive, devido à pandemia, eu gostaria que a assessoria verificasse essa questão se, realmente, não está sendo transmitida na TV Assembleia. Está sendo? Certeza? Certeza absoluta?

O SR. LAERTE GOMES *(Por videoconferência)* - Eu estou com os áudios, aqui, Presidente. As pessoas ouvindo em casa, mandando, sem nenhum som. Então, eu gostaria que o senhor restabelecesse o meu tempo novamente para eu fazer o

pronunciamento novamente, depois, na relação e resolver essa questão aí.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vou verificar, aqui. Com a palavra, o nobre Deputado Adelino Follador. Antes de o Deputado Adelino falar, eu gostaria que a assessoria verificasse essa situação com urgência, por favor.

Com a palavra, o nobre Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Senhor Presidente, Deputado Alex, para nós é prazer estar aqui, mais uma vez. Cumprimentar todos os deputados, aqui, presentes, e também os que estão on-line. Para nós é um prazer, mais uma vez, conversar com a população de Rondônia sobre vários assuntos importantes.

Eu quero dizer que hoje foi lido o Projeto, aqui, incluindo também como prioridade os funcionários da linha de frente na ação social das prefeituras, do próprio Estado. As pessoas que trabalham na área social são pessoas que estão diretamente com a população. Qualquer município que a gente vai, onde tem mais gente é na ação social, porque tem o cadastramento de vários programas que tem que estar atualizando em todo momento. Eu fiz uma visita a vários municípios e pediram que a gente fizesse. E eu quero agradecer ao Presidente, que já concordou que a gente votasse ainda hoje esse Projeto que foi lido. É fundamental que essas pessoas, além de evitar delas transmitirem, também de serem contaminados esses funcionários. Com certeza tem um risco muito grande. Então, agradecer ao Presidente que concordou e peço o apoio dos colegas.

Mas eu também, hoje cedo na Comissão de Redação e Justiça, nós falamos e, agora, vários colegas nossos, Deputado Laerte, Deputado Jean, falaram sobre a questão do leite. Nós, hoje cedo, na Comissão de Redação e Justiça levantamos esse assunto, porque eu estou em um grupo do ProLeite, no grupo da cooperativa também, e nós estamos discutindo, ouvindo, participando, e a situação está desesperadora. É muito grave. Eu liguei, hoje cedo, para o meu irmão, lá no Rio Grande do Sul, onde ele também – tenho vários irmãos que tiram leite –, esse que mora lá com a minha mãe, ele está vendendo a R\$ 2,20. E lá nós temos as empresas e a própria Italac que está aqui, está pagando isso. Então, por que aqui em Rondônia tem que pagar R\$ 1,20 e ainda manda no rodapé, dizendo que pode até vir a R\$0,80? Tem algumas empresas que estão avisando. Então, a gente vai ao mercado, aqui, vai ao mercado lá no Sul, é o mesmo preço o leite. Você vai lá comprar o leite, é o mesmo preço. Então, não tem justificativa. E todo ano essa novela.

Então, nós precisamos tomar uma posição. Precisa que o Governo do Estado, nós aqui, fizemos vários Requerimentos semana passada, semana retrasada, estamos aguardando a prestação de contas também do ProLeite, do Programa que não se vê resultado final. Então, pedimos a prestação de contas do ano passado todo e queremos saber também deste ano, até agora, quanto tem de saldo, quanto está comprometido, no que foi gasto para a gente discutir. Eu recebi um áudio agora a pouco de um produtor, de um pessoal dizendo que é uma matéria que a própria Secretaria de Agricultura fez e diz que tem mais de 100 mil produtores que são beneficiados. Aí pegou o leite de Rondônia e dividiram por 100 mil produtores, dá 8 litros para cada produtor. Então, está furado. É muita mentira na imprensa. Muitas vezes fabricam números para dizer que estão trabalhando e não tem lógica. Recebi um áudio também aqui dizendo que foram

compradas 6 a 8 caminhonetes. Será que essas caminhonetes são para o produtor? É para incentivar o produtor? Onde que vão ser usadas? Nós precisamos que esse recurso – que é expressivo, que não é tão pequeno – que dê resultado lá no final. Nós sabemos que distribuí algum calcário em algum lugar, no outro não. Alguns compromissos que são assumidos, não são cumpridos. Então, precisa de uma programação, precisa gastar melhor esse dinheiro. Esse dinheiro foi feito para incentivar – nas regras lá da execução do ProLeite – é para incentivar a bacia leiteira. É para melhorar cada vez mais. Então, nós precisamos que venha essa prestação de contas e espero que essa semana venha, porque acho que são 15 dias úteis, então, não venceu ainda. Que a gente consiga sentar e analisar o que a gente pode fazer. Mas eu vi hoje os vídeos aí soltando leite, protestando. O agricultor não tem como pagar as contas. Se ele vender a R\$1,20 ele não paga as contas dele. Todos os insumos aumentaram quase que 70%, 60%, 40%, 50%. Como que ele vai pagar essas contas se o leite regrediu 40%, 50%? E os insumos aumentaram. Muita gente investiu na estrutura, porque os laticínios falaram que precisavam de leite de qualidade. Aí alguém fala assim: “não, em Rondônia a gente não pode pagar, porque o leite não é de qualidade.”. Paga bem, então, o de qualidade. Porque eu tenho certeza que as pessoas que não estão caprichando muito, vão começar a caprichar, Deputado Chiquinho. Vão melhorar, porque vai compensar, porque o preço é melhor.

Então, nós precisamos, sim, nos colocar à disposição para intermediar junto com o governo esses incentivos – como foi citado pelos meus colegas aqui –, para ver como está sendo aplicado. Precisa que chegue lá na ponta. Não só ProLeite, mas também esses incentivos que são dados aos laticínios. Será que alguém, só eles estão embolsando só para eles essa vantagem? Então vamos cortar isso.

Esse incentivo é para que o produtor, e vocês sabem, deputados. E sabem que hoje o que mais emprega no Estado de Rondônia, sem dúvida nenhuma, é o leite. Diretamente, não é indiretamente, não. É só contar quantos produtores de leite tem. Quantas famílias vivem disso, quantos filhos de produtores vivem com isso e vocês vão ver que é o que mais emprega no Estado de Rondônia. E isso é muito grave.

Então, deixar esse alerta hoje e com certeza, somar com os meus companheiros, porque nós precisamos fazer alguma coisa. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, Deputado Adelino. Eu gostaria de realmente fazer justiça. A assessoria me comunicou que, infelizmente, teve um problema técnico somente na fala do Deputado Laerte. Então, eu concedo 2 minutos.

O SR. ADELINO FOLLADOR - O Deputado Laerte sacaneou o funcionário aqui quando foi Presidente e agora ele se vingou. (risos).É brincadeira.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Foi não, foi não. Vamos fazer justiça. Foi um problema técnico na fala do Deputado Laerte e o Deputado Laerte tem toda razão. Concedo 2 minutos para o Deputado Laerte concluir o seu pensamento. Ele não está presente agora. Daqui a pouco nós o convidaremos novamente.

Convido, neste momento, o nobre Deputado CironeDeiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde, Presidente, Excelentíssimo Deputado Alex Redano, e em seu nome eu cumprimento os demais deputados. Cumprimento aqui a Deputada Cassia Muleta. Em seu nome, Deputada Cassia, eu cumprimento todos os colegas que estão aí trabalhando via remota, on-line, nesta Sessão desta terça-feira. Quero cumprimentar toda a imprensa. Dizer da importância da imprensa em divulgar os trabalhos da Assembleia Legislativa neste momento de pandemia. Então, quero aqui agradecer a todos os profissionais de imprensa.

Antes de começar a minha fala, Presidente, eu queria aqui agradecer ao nosso amigo Carlos Alberto Manvailer. Foi servidor desta Casa, é servidor desta Casa, por 34 anos. Escreveu aqui o livro "Minha Vida, Minha História". Fui agraciado aqui com o presente do Manvailer, com o livro. Obrigado, companheiro, pela sua história, pela sua dedicação aqui na Casa Legislativa, no Estado de Rondônia.

Presidente, eu trago aqui, à baila, alguns assuntos. Vou ser aqui bastante sucinto. Eu quero aqui solicitar à Seduc informações de como está o cartão de alimentação. O ano passado o governo fez um programa, distribuiu o cartão de alimentação a todos os alunos da rede pública que tinham direito à merenda escolar, e foi feito um cartão para que essas crianças, as famílias dessas crianças pudessem fazer a compra nas redes de supermercados credenciados dentro do Estado de Rondônia. E nós estamos no mês de abril. Quero ver qual que vai ser a propositura deste ano, da Seduc, com os recursos da alimentação da merenda escolar.

Estamos ainda passando por um momento de pandemia. Tem muitas famílias passando necessidade de alimentação aqui no Estado de Rondônia. E esse cartão de alimentação, com certeza, ajudaria muitos lares aqui no Estado de Rondônia. Então, fica aí a nossa solicitação à Seduc, que, se não foi

providenciada, que providencie a licitação para que possamos fornecer esses cartões de alimentação a todos os alunos da rede pública.

Nós votamos aqui, na semana passada, Presidente Alex, sobre grupos essenciais para vacinação, dos quais a Assembleia fez a recomendação, e a Secretaria de Saúde que vai fazer esse cronograma de vacinação essencial. Já tivemos aí – quero aqui parabenizar inclusive o Governador Coronel Marcos Rocha – a vacinação das nossas forças de segurança, já começou a vacinar os nossos policiais militares. Deve se estender aos demais policiais: policiais penais, policiais civis e todas as categorias da Segurança Pública no Estado.

E quero aqui fazer a indicação também das casas lotéricas dentro do Estado de Rondônia. É uma necessidade, visto que as casas lotéricas hoje fazem um papel importante, um papel social, dentro dos municípios do Estado de Rondônia. Tem municípios que não têm agência da Caixa Econômica. Quem paga a bolsa-família? É a lotérica. Quem paga o seguro-desemprego? É a lotérica. Auxílio e seguro-desemprego? Paga agora o auxílio emergencial que o Governo federal começa a pagar nesta semana, depende das casas lotéricas. Então, estão envolvidas diretamente com o público, com o grande público desses programas sociais do Governo Federal.

Incluir, além das lotéricas, as Caixas Econômicas Federais do Estado de Rondônia. Todas as agências. “Ah, Deputado, mas tem as bancárias”. Não, mas a Caixa Econômica tem um papel social dentro das agências bancárias aqui no Estado de Rondônia. Estão ali filas e filas de pessoas para serem atendidas. Então, nós precisamos que essas categorias, tanto as lotéricas quanto as agências da Caixa Econômica, os servidores sejam vacinados como prioritários.

Nós temos aqui também um pedido da Fhemeron. Não foram considerados como prioritários, como essenciais, e eles trabalham com material, com sangue, com outros materiais, que manipulam a parte da saúde, e têm que ser vacinados também. Mas eles também não entraram aí no cronograma de vacinação da questão da saúde do Estado. Então, estamos solicitando à Secretaria.

E recebi uma solicitação também da seccional de Cacoal, da OAB, que os advogados frequentam muito os presídios, frequentam vários ambientes. E estão aí solicitando que sejam incluídos também como prioritários.

Presidente, eu quero um minuto para concluir. Eu trago aqui um tema relevante no nosso Estado de Rondônia. Nosso Estado teve vários municípios que tinha a produção de cacau nativo. A nossa cidade de Cacoal, Jaru, região de Ouro Preto, várias regiões aí, nós tínhamos o cacau nativo. E tínhamos aqui a Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), um órgão federal do Governo Federal, que faz todo o trabalho de estudo da genética do cacau, faz o trabalho de melhoramento da aplicação tecnológica em cima do cacau, e nós vemos que a Ceplac é um órgão em extinção no Governo Federal. E Rondônia não pode ficar sem essa assistência.

Então, eu quero pedir aqui à Secretaria de Agricultura, através do nosso Secretário Padovani, ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha, à Emater, ao Presidente Luciano Brandão, que nós precisamos fazer um programa e assumir a gestão do cacau aqui no Estado de Rondônia. Faz a parceria com o Governo Federal, retoma essas instalações da Ceplac para a Seagri, para o Governo do Estado, coloque técnicos qualificados, engenheiros agrônomos, para nós assumirmos a produção de cacau aqui no Estado de Rondônia.

Nós temos exemplos ali no Município de Jaru, onde se produziam 800 quilos por hectare, hoje se produzem 4 toneladas por hectare: um trabalho feito na genética do cacau. Então, nós não podemos desperdiçar e esperar a Ceplac sair do Estado, esperar a Ceplac acabar, para assumirmos o comando do cacau aqui no Estado de Rondônia.

Então, é um pedido nosso aqui junto ao Governo do Estado, junto à Secretaria de Agricultura, para que possamos assumir essa importante cultura aqui no Estado de Rondônia.

Então, Presidente, eu quero agradecer aos nossos companheiros e pedir o apoio de todos os parlamentares para que juntos possamos encampar essa briga em nome do produtor de cacau aqui do Estado de Rondônia.

Nossos agradecimentos, que Deus possa abençoar todos os rondonienses, uma semana abençoada a cada um de vocês.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras, nobre Deputado CironeDeiró.

Gostaria de convidar, neste momento, o líder do governo nesta Casa de Leis, Deputado Luizinho Goebel, por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Cumprimentar os senhores pares, os servidores desta Casa, as pessoas que nos assistem através da TV Assembleia. E, trazemos um tema neste momento pandêmico em que vivemos por motivo da Covid-19, coronavírus, que assola toda a sociedade do mundo inteiro, e não é diferente nas cidades do nosso Estado de Rondônia. E o tema que trazemos a esta Casa é exatamente pertinente à questão da saúde, deputados. Nós temos diversas universidades, faculdades no Estado de Rondônia

que formam profissionais da área da saúde. Entre esses profissionais da área da saúde, eu poderia citar aqui medicina, enfermagem, técnico de enfermagem, fisioterapia, nutrição e outros. Portanto, todos esses quase profissionais de saúde, esses formandos em agentes de saúde, muitos deles estão concluindo o seu ensino superior, estão muito próximos de ter o seu diploma de profissional da saúde. Só que a pandemia nos trouxe um grave problema. Esses mesmos estudantes universitários, hoje eles estão impedidos de fazer o seu estágio. E nós sabemos que um quase profissional da saúde, um acadêmico de vários setores da saúde, quando ele está no último ano, penúltimo ano da sua faculdade, ele já tem condição técnica e profissional de ajudar muito no atendimento da saúde, principalmente da saúde pública do nosso Estado. E nós estamos precisando desses profissionais. Sabemos que de uma forma gerencial, de uma forma responsável, foi criado o Decreto Estadual nº 25.859, que exatamente trata das restrições baseadas na diminuição da pandemia, dos casos de contaminação. E, dessa forma, esses universitários tiveram suspensas a possibilidade de fazer os seus estágios.

Então, a nossa proposta, que nós trazemos no dia de hoje, a esses estagiários, todos os estagiários da área de saúde, que eles sejam, primeiro, assegurados em ser vacinados tanto quanto os demais profissionais da saúde. Porque nós temos conhecimento de dados colhidos e informados pela Secretaria de Estado da Saúde - Sesau, que aqueles profissionais de saúde que já foram vacinados não estão sendo mais contagiados, contaminados com o coronavírus, com a Covid-19. Não é diferente com os idosos que também já foram vacinados, em algumas faixas etárias, e que nós não temos relatos de aqueles que foram vacinados e dentro do prazo que as vacinas apresentam para que ele, de fato, esteja imunizado, nós não temos relatos de contágio

da Covid-19 nesses senhores e senhoras que já foram vacinados dentro da sua faixa etária, acima de 65, 70, 80 anos a mais.

Então, a nossa proposta é que o Governo do Estado flexibilize o Decreto nº 25.859, incluindo assim: "que ficam autorizados os profissionais em todas as áreas de saúde que estão realizando estágio, que continuem realizando o seu estágio.". Por quê? Porque a mão de obra desse quase profissional da área da saúde, o estagiário da área de saúde, está contribuindo gratuitamente com a sua mão de obra, atendendo principalmente as unidades hospitalares públicas do nosso Estado de Rondônia. E a partir de que esses quase profissionais, esses estagiários da área da saúde voltarem a ter as suas atividades regulamentadas e autorizadas pelo Decreto, eles estarão ajudando a salvar vidas. Inclusive, estão tendo uma oportunidade única, de muitos e muitos anos, desde a criação do mundo, pelo que se tem conhecimento, que nós temos esta Covid-19. Temos pacientes que respondem das mais diferentes situações. E que esses estagiários de saúde, vão se aprimorar com isso. Porque amanhã, depois, que Deus nos livre, nós podemos enfrentar, deputados, uma outra pandemia e exatamente esses profissionais que terão esse conhecimento prático hoje, materializado, automaticamente, eles serão capazes de ajudar a nação brasileira, o ser humano, o cidadão brasileiro, se amanhã ou depois vir a precisar novamente de um atendimento de muitos profissionais, como nós estamos precisando no dia de hoje.

Então a nossa sugestão: que o governo flexibilize o Decreto, que o governo insira nesse Decreto a autorização para que todos os estagiários de todas as áreas de saúde, que eles continuem fazendo seus estágios e, mais do que isso, esses estagiários sejam vacinados como prioridade

para que eles possam continuar atendendo nas Unidades de Saúde, tanto do Estado, quanto dos municípios, em todo o território do Estado de Rondônia.

Então fica aqui a nossa sugestão. E eu entendo que é uma sugestão necessária, é uma sugestão importante, Deputado Chiquinho, Deputado Ezequiel, Deputado Pastor Alex, nosso Presidente Deputado Redano, Deputados Marcelo, Crispin, Jair Montes, Cirone, Deputado Follador e tantos outros, porque nós temos certeza que essas pessoas, que esses estagiários da área de saúde vão contribuir muito com a sociedade rondoniense. E talvez esse modelo sirva de Rondônia para modelo para outros Estados brasileiros. E mais do que isso, e mais do que isso, nós estamos dando uma oportunidade ímpar. Nós estamos dando uma oportunidade única de fazer com que esses estagiários, que daqui a uns dias serão uns profissionais de saúde, que eles tenham na prática o conhecimento de combater uma pandemia. Uma pandemia diferenciada. Uma pandemia que assola a humanidade, que assola a todos os países do mundo.

Então eu peço encarecidamente ao governo, às autoridades, que possam contribuir com isso, para que, de fato, nós façamos esse encaminhamento e, de uma forma muito rápida, nós possamos efetivar com que os nossos estagiários da saúde ajudem a salvar vidas. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelo discurso, Deputado Luizinho Goebel.

Gostaria de convidar, neste momento, para novamente fazer uso da palavra, haja vista que teve um erro técnico na transmissão aqui, pela TV Assembleia, pelo site, pelas redes sociais, e concedo novamente 3 minutos ao Deputado Laerte Gomes.

Com a palavra o Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES *(Por videoconferência)* - Senhor Presidente, eu vou ser bem breve. Só vou retomar o tema, que foi o meu pronunciamento, reafirmando, Senhor Presidente, com todas as palavras, que existe um cartel de laticínios em Rondônia liderados pela Italac que, ao longo, juntamente com o Tradição, na época; o Tradição, hoje, também provou com o mesmo veneno, que juntamente com a Italac fizeram várias indústrias agora provarem, foi à falência. O fechamento desses laticínios, onde a Italac entrou na região com preços acima do mercado, fazendo com que esses laticínios menores tivessem que cobrir o preço e, com isso, tivessem um prejuízo mensal e quebrassem. E depois o Italac vinha, pegava o produtor, pegava a unidade dessas indústrias, praticamente de graça, fechava, gerando desemprego nas pequenas e médias cidades, e transportava o leite todo para Ouro Preto e depois pagava o que queria para os laticínios. O Italac, isso é a arte dele fazer isso em todas as regiões do Estado de Rondônia.

Então, hoje, essa é dificuldade que nossos produtores estão tendo. Esse preço está sendo pago aos produtores de leite, em Rondônia, é um assalto, fruto de um cartel comandado pelo Italac. Eu vi hoje preços em Itumbiara, Goiás, mais de R\$ 2,00. No Rio Grande do Sul, como o Deputado Adelino disse na parte da manhã, o mesmo Italac pagando R\$ 2,20. Em Rondônia, pagando R\$ 1,20. Onde o produtor vai ter condições de produzir leite com o preço que está o sal, com o preço que está a ração, com o preço que está o milho para vender leite a R\$ 1,20? Os produtores estão corretos em fazer greve, em paralisar, porque esse modelo de negócio só está beneficiando a indústria, só está beneficiando a Italac, que tem mais de 90% de isenção de

impostos, enquanto o produtor não tem nenhum centavo de isenção de impostos. É preciso rever esse modelo falido. Esse modelo em que se dá um incentivo para a indústria e em vez de ser repassado aos produtores e aos consumidores, ele é usado para majorar os lucros e enriquecer essas indústrias, esses proprietários, de uma forma – até a gente pode falar – ilícita.

No passado, Senhor Presidente, já foi feita uma CPI na Assembleia Legislativa, em que participou a Assembleia, participaram sindicatos, que naquela época se avançou, inclusive criando o Conseleite, buscando exemplos, buscando modelos do Paraná, como foi buscado através da Universidade do Paraná, através das cooperativas, e naquele momento se criou uma mesa de negociação onde se avançou, mas parou no tempo, parou no tempo. As indústrias não deram continuidade junto com os produtores isso.

Hoje nós temos leis, eu até inclusive disse, criadas pelo Deputado Lazinho da Fetagro, que obrigam os laticínios a anunciar 30 dias antes o preço que vai pagar para o produtor no próximo mês, e eles não cumprem de forma nenhuma. No mês passado foi R\$ 1,80, neste mês foi R\$ 1,20, 40%. Como que o produtor consegue sobreviver? Eles estão acabando com a nossa bacia leiteira, acabando com a nossa produção leiteira, essas indústrias. Infelizmente nosso leite tem diminuído ano, após ano vai diminuindo a nossa produção de leite, e o produtor não suporta mais. E aí isso vai, como foi falado pelos deputados, Senhor Presidente, para concluir, como foi falado por alguns deputados, que o Estado não tem nenhuma política pública, e não tem mesmo. O Estado usa o recurso do Fundo do Leite, ProLeite, só quer usar para comprar camioneta nova, não quer usar para criar programas, incentivar o melhoramento genético do rebanho

para produzir mais, financiar pastagem, financiar comida para os pequenos produtores...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Laerte, para concluir, meu Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Por videoconferência) -Leite, leite é um produto de agricultura familiar. Tem que ter subsídio, tem que ter ajuda, tem que ter incentivo. E, infelizmente, não tem.

Eu quero deixar aqui, para finalizar, Presidente, dizer também que a Sefin precisa agir, porque o consumidor está sendo roubado, lesado, também, através disso. Há três anos foi editado um Decreto em que se proibia os supermercados e atacadistas de usar o crédito tributário, quando se comprava leite de outros Estados, para beneficiar a indústria local, especificamente Italac. O Estado, na época, pensou que fazendo isso o leite ia baixar na gôndola do supermercado, o preço, ia pagar melhor para o produtor, porque ia ter esse crédito tributário. Mas, muito pelo contrário, aumentou na gôndola do supermercado e caiu do produtor. E os laticínios que cada vez estão obtendo mais lucro.

Então é preciso rever isso. Tem todo nosso apoio, Presidente, qualquer atitude que a Assembleia for tomar. Tem que tomar muito cuidado, pois nós não temos o poder, a Assembleia Legislativa não tem o poder de resolver esse problema. Nós temos boa vontade, o poder até de intermediar, de buscar alternativas, mas o Estado, a Secretaria de Agricultura, que há anos não se mete nisso, não faz nada, precisa agir, precisa agir de uma forma muito

forte, caso contrário nós vamos perder a produção de leite do Estado e vai ser um prejuízo muito grande para a nossa economia.

Produtores de leite, contem conosco, contem com nosso apoio. O que estão fazendo com vocês é roubo, sim; é assalto, sim. Tem cartel, sim, em Rondônia, liderado pela Italac.

(Às 17 horas e 09 minutos o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Cirone Deiró)

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Quero aqui me solidarizar com suas palavras. Essa é uma demanda antiga aqui no Estado de Rondônia, 15, 20 anos. Chega no mês de abril, os produtores de leite têm a sua desvalorização do leite, jogando o produto, um produto nobre, tem que jogar fora, porque não tem valor de mercado. Então o senhor tem razão. Esta Casa tem que fazer a Comissão Especial, como foi sugerido pelo nosso Presidente, para que nós possamos tomar as providências. E sentir as dores, que esses produtores do Estado de Rondônia, que muitos municípios é o contracheque do final de mês dos municípios é o leite, é o produtor rural. Então, parabéns pela sua fala.

Por cinco minutos, Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Por videoconferência) - Obrigado, Senhor Presidente em exercício, Deputado Cirone. Eu quero cumprimentar os nobres deputados; Deputada Cassia, em nome dela também a Deputada Rosângela. Quero

cumprimentar todos os companheiros nossos de trabalho desta Casa, a imprensa e todos os que nos assistem.

Senhor Presidente, eu não vou fugir ao tema, principalmente porque esse tema é justamente do setor que me elegeu e me deu dois mandatos de deputado nesta Casa, que é a agricultura familiar neste Estado, que é a cadeia produtiva do leite, que é um tema que eu venho discutindo há 25 anos neste Estado. Não é há 20 anos, não é há 10, não é há 5, é há 25. Desde 1997, 1996, a gente faz esse debate junto com os governos, junto com as empresas, junto com os produtores e, infelizmente, o que falta para o nosso Estado é o poder de enquadrar e de responsabilizar as empresas do Estado de Rondônia por ter diminuído a produtividade de leite, a quantidade de produção de leite no nosso Estado nos últimos 6, 7 anos, de 2 milhões e 200, 2 milhões e 300 mil litros para, hoje, 1 milhão e meio de litros de leite. A culpa é das empresas. Existe, sim, esse cartel, e agora dominado por duas, três ou quatro empresas – não quero citar somente uma, aliás, que a maior é a Italac–, e essas quatro é que recebem o incentivo fiscal e destroem também as outras empresas de laticínios do Estado.

Então quero deixar bastante claro que ações sendo feitas, que têm sido feitas por esta Casa, cabe, a partir de agora, ao governo, realmente, tratar esse caso com serenidade e com responsabilidade para com os produtores do Estado. Eles não cumprem, Senhor Presidente, nem a Lei de Incentivo Fiscal do Estado. Não são palavras minhas, são palavras do próprio governo em uma reunião, ontem, que eu vou citar mais na frente.

Nós aprovamos nesta Casa, Senhor Presidente, uma lei, em 2015, a Lei 3.571, de nossa autoria, com a coparticipação do Deputado Adelino e do ex-Deputado Ribamar Araújo, que obriga os laticínios a fornecer antecipadamente

o preço do leite pago ao produtor no mês subsequente. Acontece que, quando eles colocam isso no rodapé da nota, eles forjam, eles omitem informações, justamente porque eles não têm responsabilidade com a cadeia produtiva do leite. Nós aprovamos uma outra lei de nossa autoria, a Lei 4.792 de 2020, após a Audiência Pública que nós fizemos em 2018, neste mesmo período, no dia 13 de março de 2018, nós fizemos essa Audiência Pública. De lá, saíram alguns encaminhamentos e esta Lei, a 4.792/2020, que obriga os laticínios a participar do Conseleite, como instrumento principal para poder ter um incentivo fiscal do Estado. O Estado não fiscaliza, as empresas não cumprem e vou dizer uma coisa para o senhor: eles fazem chacota com as leis que a Assembleia Legislativa cria. Nós aprovamos a Lei 477, 4.807, que proíbe o alongamento do prazo de pagamento do leite. Eles pegam o leite durante 45, às vezes, 60 dias, pagam 30, querendo, e estão aumentando, aumentaram, aliás, não cumpriram a lei. Não cumpriram essa lei. Aumentaram do dia 20 para o dia 25; do dia 25 para o dia 05, e assim por diante. Eles estão desrespeitando a legislação criada e aprovada por esta Casa. Nós aprovamos Indicação nesta Casa para que o governo pudesse incentivar a cadeia produtiva interna, isentando o leite UHT. Com uma Indicação nossa, o governo cumpriu. As empresas recebem isso, o leite UHT do Estado não paga, são isentos de tributos e eles não põem isso no preço. Aumenta o preço e diminui o preço pago ao produtor. Aumenta o preço do consumidor e diminui o preço pago ao produtor e não respeita a legislação do Estado. Nós indicamos ao Governo do Estado e o Governo do Estado também fez taxaço, como o Deputado Jean falou, a pauta do produto importado para os Estados, derivados de leite e de leite, a pauta foi aumentada para que isso pudesse proteger a cadeia. Ou seja, o Governo do Estado precisa fiscalizar.

Precisa entender que essas empresas não querem o bem do produtor do Estado. Nunca quiseram.

Senhor Presidente, um minuto para concluir. Vossa Excelência nos sugeriu uma reunião na última terça ou quarta-feira, que eu e o Deputado Chiquinho participamos em seu nome, com um grupo de produtores, com representantes de produtores para poder discutir a cadeia produtiva do leite. Ontem, fizemos uma outra reunião com o Governo do Estado, também coordenada pela Comissão de Agricultura, entre eu e o Deputado Chiquinho, que levantou dados, inclusive, tentando achar onde é que estão as condições para que os laticínios aumentassem os preços, para que diminuísse desse jeito. Veja bem, o consumo de leite, na pandemia, e derivados aumentou 43%. Então, não é motivo eles dizerem que não tem consumo. A produtividade caiu, daí vocês não se preocupem, porque 1 milhão e 300, 1 milhão e 200 com o aumento da população de Rondônia e do Brasil não é nada. Ou seja, eles não têm responsabilidade nenhuma com a cadeia produtiva do leite do Estado.

Eu digo para vocês, senhores deputados, a Assembleia pode fazer Comissão, aliás, tem a Comissão de Agricultura que já está fazendo esse debate, a pedido desta Casa, a pedido do nosso Presidente e nós vamos continuar fazendo. Agora, é preciso que o Governo do Estado deixe de superproteger as empresas em detrimento da desgraça, da miséria dos trabalhadores do campo, que produzem o leite para colocar na indústria... **(falha na transmissão do áudio)** ... do Estado. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Parabéns pelas palavras, Deputado Lazinho da Fetagro. O senhor sabe do respeito e o carinho que eu tenho pelo senhor e o grande

parlamentar, o grande Deputado, defensor da agricultura familiar no Estado de Rondônia, defensor dos produtores de leite e faz parte conosco da Comissão de Agricultura desta Casa.

É um tema importante aqui no Estado de Rondônia. O produtor de leite, como acabei de dizer anteriormente, ele traz rentabilidade para muitos municípios do nosso Estado. Em muitos municípios pequenos, as pessoas vivem em função da produção de leite. Então, precisa ser respeitado, sim, o produtor de leite. Fizemos, aí, juntos com a Comissão de Agricultura, ano passado, pedindo ao governo que criasse essa barreira fiscal para proteger os nossos agricultores rurais do Estado de Rondônia e esses benefícios estão indo para poucas pessoas ou poucas empresas. Vários laticínios pequenos, Deputado Chiquinho, fecharam no Estado de Rondônia. Mais de 14. As grandes empresas vão lá, colocam estrutura, caminhões, pagam o preço do leite mais alto, quando aquele laticínio fecha, aí vão lá e jogam o preço lá embaixo. Isso é uma covardia com os nossos produtores rurais, produtores de leite aqui do Estado de Rondônia. Parabéns, Deputado Lazinho.

E agora, por cinco minutos, sem direito a aparte, Deputado Jhony Paixão, do Município de Ji-Paraná.

O SR. JHONY PAIXÃO - Obrigado, Presidente. Até por conta do distanciamento, retirarei minha máscara, iniciando a fala. Senhores Deputados, Presidente em exercício, uma calorosa boatarde. Os amigos que nos acompanham nas redes sociais, uma saudosa boatarde.

Gostaria de, neste momento, fazer uma breve consideração com relação ao site da Polícia Militar, que se encontra, neste exato momento, fora do ar. Vários policiais

militares, em específico aqueles que estão pleiteando o curso para Sargento, o qual, Deputado Ezequiel, alguns deles estão inaptos; outros, por algum motivo, não vão fazer; e os suplentes – aqueles que excederam os 222 candidatos a Sargentos – não estão podendo, neste momento, acompanhar esta lista.

Então, peço ao Comandante-Geral que dê atenção especial aos policiais militares, que, neste momento, não sabem a lista de suplência. E queremos nós que, ao iniciar este curso de formação, inicie com as 222 vagas fechadas e não como em alguns momentos, senhores deputados, o qual, infelizmente, o curso começou, as vagas não foram preenchidas e policiais militares ainda perderam o seu direito, que tanto esperam, que é a sua promoção.

Gostaria também de mandar um abraço ao De Góis de Cacoal, que nos acompanha, o qual os policiais militares daquela localidade nos solicitaram, e eu quero fazer um Requerimento – nossa equipe já está descendo com o mesmo – com relação à avaliação, Deputado Ezequiel. Qual seria, neste momento, aquela avaliação com relação à equiparação salarial entre Polícia Militar e Polícia Civil. Seria uma solicitação de informações: se já foi feito, a que pé está, se é possível. O fato é que a Segurança Pública quer respostas porque foi assinado o documento e o Presidente anterior, inclusive, ressaltou que havia os 24 deputados. Então, o servidor quer saber neste momento, através desse Requerimento – e pode ser inclusive, coletivo – solicitando informações para saber em que pé está essa avaliação de equiparação de salários entre Polícia Militar e Polícia Civil.

E não poderia deixar também de agradecer. Quando nós temos que cobrar, a gente cobra. Mas quando temos que agradecer, deputados, temos que agradecer também. O Governo

do Estado foi a Brasília e prontamente atendeu ao pedido, não do Deputado Jhony Paixão, mas de toda esta Casa, colocando também como prioridade a Segurança Pública. Começou pelo Corpo de Bombeiros, pela Polícia Militar, já está indo para a Polícia Civil e Sejus também. Senhores, para esses profissionais que também estão na linha de frente darem segurança, é necessário que eles também estejam em segurança.

Então, quero agradecer aqui de público ao Governador Marcos Rocha que, sensivelmente, sensibilizado, entrou nesse pedido que foi coletivo, inclusive, nesta Casa. Não vou limitar: "ah! O Deputado Jhony", não. Todos aqui intervirem: o Deputado Anderson pela Sejus e outros mais, mas o fato é que a vacinação está acontecendo e a nossa linha de frente da Segurança Pública foi colocada como prioridade e não mais – como em alguns Estados – serão vacinados depois dos detentos. Isso mesmo: tem Estados que, infelizmente, os presos serão vacinados primeiro que a Segurança Pública. Essa realidade não acontece aqui no Estado de Rondônia, porque o Governador Marcos Rocha neste momento interveio e a gente fica muito feliz com isso. É uma forma de nós darmos um retorno, respaldo e segurança para aqueles que prometeram cuidar da gente mesmo com o sacrifício da própria vida.

E também – partindo para os 30 segundos finais – agradecimento ao Governador. Nós passamos aqui, na última terça-feira, fizemos um Projeto de Lei colocando a feira-livre como atividade essencial e praticamente no mesmo dia o senhor fez um Decreto colocando as feiras-livres em atividade. Domingo eu fui à feira-livre em Ji-Paraná. E digo aos senhores, principalmente ao senhor, Governador: população feliz, satisfeita. Ali é um local que eu gostaria muito de ter uma oportunidade de levar o senhor para

caminhar conosco na Avenida Brasil, olhando nos olhos de cada feirante. E eu tenho certeza absoluta que o senhor vai ouvir e vai ver naqueles olhos gratidão. A população de Ji-Paraná, em especial, do Estado de Rondônia, os feirantes, neste momento, têm gratidão com vossa pessoa devido a este Projeto de Lei, devido a essa oportunidade de poder trabalhar. Pois nós sabíamos que havia feito essa injustiça com relação aos mercados abertos e as feiras-livres sem trabalhar. Sabemos também que ficou a cargo dos prefeitos a avaliação. Não foi o Governador que falou: "fecha a feira". Ficou avaliativo pelas Prefeituras. Mas, agora, com esse Projeto de Lei, colocando a feira-livre como essencial, é a oportunidade que a gente dá ao pequeno, ao produtor poder vender a sua produção, vender o seu produto, e ter aí o único inimigo para ser vencido, que é a Covid-19, e não a fome, e não o boleto para pagar, e não suas contas. Então, senhores, obrigado, do fundo do coração.

E, aí, Deputado Cirone, um breve testemunho: eu fui à feira de domingo, e uma mulher chamada "Dona Elza", Deputado Alex, ela tinha na mesa várias bananas. E a banana dela não daria para ser comercializada na quarta-feira, quinta-feira, ela tinha que vender no domingo, tinha que vender no domingo. E aquela pessoa, com água nos olhos, agradecendo a oportunidade de poder vender o seu produto, porque não tinha o que comer na sua casa.

Então, obrigado, Governador, por atender o nosso pedido e dar uma oportunidade para essas pessoas poderem trabalhar e vencer na vida com o seu suor. Obrigado, senhores.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Parabéns, Deputado Jhony Paixão, pelo excelente discurso. Parabenizar o senhor

pela defesa da Segurança Pública aqui do Estado de Rondônia, pela vacinação. Parabenizar o Governador Coronel Marcos Rocha pela sensibilidade de saber que a nossa Segurança Pública precisa ser vacinada, que está de frente no combate à Covid.

Quero agora convidar para usar esta tribuna da Casa, o Excelentíssimo Senhor Deputado Chiquinho da Emater, por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Boa tarde, Presidente Cirone. Boa tarde a todos os colegas, às colegas aqui, Deputada Cassia Muleta.

Foi uma semana muito difícil, de muitas dores, de muita morte - não é, Deputado Ezequiel? -, lá na nossa cidade de Cerejeiras. Amanhã vai ter uma ação lá na cidade de Cerejeiras, não é, Deputado Ezequiel? A gente fez uma ação juntos, o senhor junto conosco, junto com a Prefeita, junto com a sociedade. A sociedade está comprando quase 1.700 doses de vacina. Já quero aqui agradecer à Rical, que comprou 500 doses de teste "do nariz". O Mazutti também comprou tanto pelo... em termos pessoais. Também a Aprosoja comprou bastante. E teve outros empresários - que eu não recordo o nome - que também compraram os testes ali em Ji-Paraná. E amanhã vai ter uma grande ação em Cerejeiras, juntamente com a Secretaria de Saúde, que dou 200 testes também, para que teste a população de Cerejeiras.

Nós precisamos fazer essa ação forte lá em Cerejeiras. E, se Deus quiser, com essa ação, a gente possa diminuir a dores do nosso povo, da nossa gente ali da cidade de Cerejeiras.

Quero também, aqui, falar sobre um tema que diversos colegas já falaram, que é a questão do leite. O preço do leite é uma questão histórica, de longa data, de muitos anos, não é só de 20 anos, nem de 30 anos, é de longa data, que sempre quem paga o preço é o produtor rural, é o homem do campo. E isso é muito triste para todos nós. Estamos vendo aí o preço do leite, de R\$ 1,20 – que chegou até R\$ 2,20, e caiu para R\$ 1,20. Isso é muito ruim. Mas, Deputado Follador, o preço médio do leite, em 2020, nós fizemos ontem, junto com a Emater, foi de R\$ 1,20. Chegou a R\$ 2,20, mas também vendeu o leite a R\$ 0,70, uma média de R\$ 1,20. Enquanto o custo de produção, do produtor rural, R\$ 1,26. Isso prova que o produtor rural está perdendo dinheiro todo mês com a questão do leite. Alguns meses ganha, outros perde, mas na média geral está perdendo.

Agora, o que nós temos que ter, também, é responsabilidade. Também os laticínios estão com dificuldade. Ontem, o laticínio lá de Cerejeiras, o Mascarenhas vendeu o queijo em São Paulo, Deputado Adelino, a R\$ 18,00. Tinha vendido, na semana anterior, a R\$ 16,00. Para produzir um quilo de leite, você tem que ter 10,4 litros, na sua média. Essas contas também não fecham.

Está muito difícil tanto para o produtor rural, que é o mais prejudicado, como também para os laticínios. Nós temos que achar uma solução. Existem dois incentivos aqui no Estado: um é ligado à Sedi, que faz incentivo, mas somente quatro indústrias estão lá no Estado, somente 4; e o outro incentivo é da própria Secretaria de Finanças do Estado.

A pedido do Presidente Alex Redano, sexta-feira, nós tivemos uma reunião com a Faperon e o Rui Barbosa, que é o representante dos produtores de leite do Estado de Rondônia, marcamos uma reunião com a Secretaria de Fazenda

ontem, na segunda-feira, onde o Deputado Cirone também esteve presente, o Deputado Lazinho, eu, estava a Secretaria de Fazenda, a Emater, a Sedi. O Deputado Lazinho nos sugeriu, juntamente comigo, para que a gente possa marcar dia 22 uma reunião, convidar os laticínios, convidar o empresário do ramo atacadista e também do varejista. Convidar – Presidente, só um minuto, por favor –, convidar a Faperon, a Fetagro, o Senhor Rui Barbosa para sentar em uma mesa para a gente achar uma solução.

A solução é fácil? Não é fácil. Não adianta nada a gente dizer que é fácil. Porque o grande culpado, Deputado Follador, as importações de leite para o Brasil foram muito grandes o ano passado, subiram mais de 120%. Trazendo leite de outros países, trazendo derivados do leite para cá, com isso prejudicando a indústria e prejudicando o produtor rural de Rondônia. Então, nós temos que achar também que o Ministério da Agricultura, Deputado Follador, faça o preço mínimo para o produtor rural, baseado no custo de produção do ano anterior. Tudo subiu: gasolina, sal mineral, medicamento e tantas outras coisas subiram e o leite baixou. E, com isso, prejudicou a cadeia mais importante do Estado de Rondônia que é o leite.

Então, nós temos que achar uma solução. A gente sabe que não é fácil e não é colocando o produtor contra laticínio e laticínio contra o produtor que é a solução. Nós temos que achar um caminho junto ao Estado, junto, principalmente, à União, que é quem faz as direções da agricultura no Brasil, para que ele, quando for fazer as suas negociações de mercado, ele poupe a cadeia do leite do Brasil. É isso que nós precisamos fazer.

E dizer, Deputado Follador, Deputado Lazinho, Deputado Cirone, que não tem uma solução fácil. Mas já ficou marcado para o dia 22, Presidente Alex Redano, como o senhor pediu,

essa reunião aqui na Casa. Não vai ser na Comissão porque é só meia hora e esse assunto vai durar talvez o dia inteiro nessa mesa redonda para que a gente ache algumas soluções que não é tão fácil.

Então, meus amigos e minhas amigas, a gente está vendo aí hoje o produtor rural de leite derramando leite é uma coisa triste, mas o governo – que não é de agora – precisa fazer Deputado Follador, Deputado Cirone, uma política de governo de agricultura. Nós temos que diversificar, como o Deputado Cirone falou da cadeia do cacau, que hoje está com um preço bom, tem a questão do café que está com um preço bom. Nós precisamos que a pequena agricultura seja diversificada para quando um produto estiver ruim, o outro estar bom. Ele tem que ter isso, tem que ter programa e, infelizmente, a Secretaria de Agricultura não tem programa nenhum. Faz muitos anos que deixou de criar programas e nós temos que fazer com que isso aconteça. Precisamos fortalecer a agricultura familiar e só fortalece se tiver projeto que tenha início, meio e fim. E, infelizmente, estamos sem projeto de programa para a agricultura familiar. É isso que nós precisamos fazer aqui no Estado de Rondônia.

E quero dizer que esta Assembleia tem responsabilidade sobre isso também, porque a gente não cobra, a gente não vai para cima para que isso aconteça. Muitas vezes chama aqui Secretário, ele vem aqui, fala dois minutos e por aí fica. Então, nós temos que começar a cobrar de verdade uma política agrícola que tenha início, meio e fim, que proteja o produtor rural, que proteja as indústrias, que proteja o emprego para todos nós de Rondônia. Meu muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Parabéns, Deputado Chiquinho, conhecedor da agricultura familiar aqui no Estado de Rondônia, dos produtores de leite. Parabéns pelas suas palavras.

Nós precisamos, eu acho que esta Mesa Diretora, os 24 deputados, é uma cobrança Deputado Chiquinho, muito grande de saber desse programa ProLeite no Estado de Rondônia. Onde está sendo gasto esse recurso? Como está sendo gasto? O Deputado Adelino falou aqui no começo da Sessão, na sua fala, e nós precisamos desses esclarecimentos. O produtor rural hoje, o produtor de leite quer saber onde está sendo aplicado esse Fundo que ele recolhe de cada litro de leite que é produzido aqui neste Estado. Então precisamos, realmente, esta Assembleia se posicionar, cobrar essas ações, porque se nós com que a pastagem tenha qualidade, se nós fizermos que a genética do gado melhore, vai se produzir mais, com menos terra, com mais tecnologia.

Então esta Casa tem esse papel. É um papel fundamental. O Estado de Rondônia precisa valorizar o homem do campo, o produtor do leite. Obrigado, Deputado Chiquinho, parabéns pelas palavras.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem. Só um minutinho.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Um minutinho aqui para o Deputado Adelino Follador e, logo após o Deputado Adelino Follador, o Deputado Jair Montes, do Avante, por cinco minutos, sem aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Chiquinho, parabenizar pelo seu discurso. Com certeza o senhor conhece bem principalmente a agricultura familiar, o trabalho do Deputado Lazinho, também um grande companheiro nosso, mas eu não admito que a indústria, nós somos Brasil. Aqui no mercado, o preço do leite, o preço do queijo está o mesmo lá do Sul. Você vai ao mercado lá, é o mesmo preço. Aqui e lá ganha R\$ 2,20, e aqui ganha R\$ 1,20. Um real é quase metade do valor. Então não tem explicação. A indústria tem que sentar. E lá não tem menos incentivo que aqui. Não, não tem incentivo. Aqui tem muito incentivo. Então, deputado eu quero discordar dessa parte da sua fala. Porque tem exploração, sim. E as indústrias têm que cuidar do seu cliente. O seu cliente é o produtor. E eles não têm consideração nenhuma. Baixasse R\$ 0,10, R\$ 0,20, mas baixar R\$ 1,00. De R\$ 2,20, baixar para R\$ 1,20 não tem explicação. De repente, será que... O que aconteceu, se o preço do leite não baixou no mercado, o preço do queijo não baixou? Então alguma coisa está errada. Eu vou só discordar dessa parte do Deputado Chiquinho, mas parabenizar o seu discurso, viu?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Obrigado, Adelino Follador. Agora o Deputado Jair Montes, por cinco minutos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Só um segundo, Deputado Jair, por favor, só um segundo, por favor. Pode ser? É a questão da diferença do leite daqui, do leite, porque Rondônia produz basicamente, queijo. O Rio Grande do Sul, a Batavo e tantas outros, o próprio Italac, lá no Rio Grande do Sul, eles produzem, do leite, outros produtos que agregam mais valor.

Agora, o que nós temos de fazer, Deputado Follador, é ter uma grande discussão entre laticínio, entre produtor. Eu concordo com você, que o grande penalizado é o produtor rural, sempre foi assim, sempre, você que mexe com agricultura, sabe disso. A vida inteira.

Então, nós temos que fazer uma ação definitiva. Sabemos já que o ano que vem, fevereiro, março e abril o leite vai cair de novo. Então nós temos que fazer uma ação agora para que o ano que vem não aconteça o mesmo que está acontecendo hoje.

O SR. JAIR MONTES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Deputado Chiquinho da Emater, que por muitos anos esteve à frente daquela tão nobre, que não é Secretaria, é uma Autarquia; e é tão querido e foi eleito também com grande maioria dos pequenos produtores, sabe da dificuldade que hoje nós estamos enfrentando. Eu não sou homem do campo, mas eu recebo muita ligação. A gente faz vídeos aí de Covid e recebe de todo lugar do Estado de Rondônia, e todo mundo reclamando a mesma coisa na questão do pequeno agricultor e da agricultura familiar. E é triste, viu?

Eu vou falar uma coisa aqui para vocês e o Deputado Follador é muito mais antigo, o Deputado Follador é experiente, o Deputado Chiquinho está acostumado; a Deputada Cassia mesmo, com a família Muleta, que o Estado é um Estado altamente produtor, produtivo. O que sustenta este Estado hoje é o homem do campo mesmo. E, para vocês terem uma ideia, eu fiz agora uma Indicação e fui elogiado no Estado todo, que é a questão das manivas, a questão da mandioca. Rondônia, hoje, não está tendo o fomento que deveria dar ao homem do campo com a mandioca. Hoje nós

estamos trazendo mandioca aqui do Cruzeiro do Sul, farinha da mandioca, não sei de onde, mas aqui não tem mais. Está acabando. Por quê? O incentivo, que não tem mais. Então nós estamos perdendo algumas essências nossas, de 10, 5 anos, que estão indo embora. Isso é muito grave, isso é muito sério, Deputado Follador, Deputado Chiquinho da Emater. Isso é muito grave. Nós estamos perdendo algo que você... Eu ando no Estado hoje, e você passa à beira da BR 364, nos municípios, você não vê mais gado. O gado que tem, está confinado. Hoje é só soja. Vai chegar o tempo em que Rondônia, com 22 milhões de cabeças de gado, não vai ter mais. Aí vai faltar o leite, vai faltar o queijo, vai faltar a manteiga, vai começar a faltar e comprar de fora e ficar caro para nós. Por quê? Falta de incentivo.

Então, Governador Marcos Rocha, está na hora de abrir os olhos. Nesta pandemia, Secretário que quer trabalhar em home-office tem que ser exonerado. Secretário não pode estar em home-office. Secretário tem que estar no campo, tem que tirar a bunda da cadeira, da Secretaria ou de casa, ir para a rua, para o campo trabalhar. Tem alguma coisa errada. Eu vejo a boa vontade do Governador, mas muitos Secretários mentem para o Governador. Isso é muito sério.

E você falou aqui uma coisa, Deputado Chiquinho, Vossa Excelência falou uma coisa aqui que é muito... Eu venho sempre falando isso aqui. Esta Casa é a maior autoridade das instituições que tem no Estado. Ou nós tomamos para nós a responsabilidade de sermos deputados ou a gente pede para ir para casa também, ou a gente pede para renunciar e entrar o suplente. Porque a gente fica falando, falando aqui, nós temos que tomar posicionamento, atitude, tomar atitude. Às vezes a gente não quer chamar um Secretário porque virou amigo nosso, porque tem medo de constranger. Mas é melhor chamar o cara aqui, que ano que vem tem

reeleição para cada um de nós, e a gente não voltar para cá, porque a gente foi complacente com um Secretário que a gente achava que era amigo e ia constranger.

Então chegou a hora, Deputado Presidente desta Casa, Alex Redano, Deputado Alex, montar essa Comissão urgentemente – viu, Deputado Cirone? –, urgente a Comissão que trata da questão do leite. Não é a primeira vez, não. Toda vez que essas empresas começarem a baixar preço para o agricultor, baixa o incentivo fiscal. Baixou o leite? De R\$ 0,85 baixa para R\$ 0,75, tira 10% lá do incentivo fiscal. Quando o cara sentir no bolso o incentivo fiscal, ele vai pensar duas vezes antes de tirar dinheiro de alguém.

Senhor Presidente, eu peço aqui a inclusão de pauta, Senhor Presidente Alex Redano, eu peço inclusão de pauta de um tema importante sobre a Energisa. A Energisa continua estrangendo e humilhando o povo de Rondônia. Tem uma lei estadual que a Energisa não respeita, e tem que respeitar. Quero trazer aqui mais uma, alterando, trazendo alteração e colocando agora que para retirar relógio, para fazer vistoria em relógio tem que mandar um AR (Aviso de Recebimento) via Correios. O cidadão tem que ser comunicado previamente pelo menos 15 dias antes, que tal dia, tal hora a Energisa estará na sua casa para fazer a inspeção do seu relógio, a fiscalização, o que quer que seja. Manaus foi feito assim, a empresa de energia entrou no Supremo Tribunal Federal e a lei foi considerada constitucional. Porque hoje a Energisa chega na casa, quem tem conhecimento não deixa mexer no relógio, mas quem não tem, coitado, está apanhando de novo dessa Energisa. Então eu vou colocar em pauta e gostaria do apoio. Se todo mundo quiser assinar comigo, fica aqui um Projeto de Lei coletivo, de todos os deputados desta Casa, porque todos os deputados aqui lutam

contra a Energisa nessa questão de constrangimento e humilhação ao povo do Estado.

Uma outra coisa que eu vou falar aqui agora direcionado – onde é a câmera que eu estou? Cadê a câmera que eu estou? Ali? – ao Coronel Marcos Rocha, Governador Marcos Rocha. Gosto, tenho um carinho especial, sou seu aliado de primeira ordem na Assembleia Legislativa, mas muitas vezes tem algo errado – já falei para o senhor –, sempre troco mensagens, falo com o senhor por telefone, tem algo errado. O senhor fala que é amigo do Presidente Bolsonaro e nós somos o último colocado, o 5º Estado que menos vacina, porque as vacinas não chegam. Então, o Bolsonaro não está sendo seu amigo, não está sendo amigo de Rondônia. O senhor fala que agora é um governo municipalista, mas ser municipalista com recurso, tem que colocar dinheiro também para as prefeituras fazerem a recuperação de estrada, tanto asfalto, quanto recuperação de estrada dentro dos municípios. Então eu quero ver isso, Governador Marcos Rocha. E eu faço uma cobrança diretamente. Além de trabalhar pelas estradas estaduais, trabalhar em municípios que não têm condição de fazer suas próprias estradas dentro do município. Tenho certeza que tem muito municípios pequenos que não têm essa condição. E muitas vezes o Secretário Elias, do DER, ele se acha como se fosse o próprio governo. Não é. É Secretário. Quem tem que dar ordem, é sob a ordem do Governador Marcos Rocha. A ordem tem que partir do Governador, não do Secretário. O Secretário cumpre missão, missão do Governador. Quem foi eleito para administrar o Estado foi o Governador Marcos Rocha. E o Governador Marcos Rocha usa sua caneta para nomear seus Secretários, seus Superintendentes, as Autarquias, e na hora que ele quiser, aquilo que eu falo, o cidadão dorme Secretário e acorda exonerado. É diferente de deputado. Deputado dorme deputado e acorda deputado. Ele só

sai daqui ou na urna ou quando é cassado. Então, aqui, faço uma cobrança: que Governo do Estado, através do DER, comece a ajudar os municípios que estão com dificuldade para fazer asfalto e estrada nos municípios. No mais, muito obrigado, que Deus nos abençoe.

(Às 17 horas e 49 minutos, o Senhor Cirone Deiró passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, Deputado Jair Montes.

Convido, neste momento, o nobre Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente, enquanto o Deputado Ezequiel chega à tribuna, eu queria falar para o senhor que, pela sua ordem, sexta-feira nós estivemos reunidos com o pessoal da Faperon e o Rui Barbosa, do leite. Ontem tivemos uma reunião, juntamente com os Deputados Cirone e Lazinho, eu e o Secretário de Fazenda, e Antônio Carlos, e mais Emater, e mais Sedi, e combinamos para o dia 22 deste mês, uma reunião, é um dia de quinta-feira, uma reunião aqui de manhã com todo esse pessoal, mais os atacadistas. Porque, Deputado Follador, quem está ganhando mais dinheiro são os varejistas e os mercados. Se você vir a quantidade de recurso, que o Antônio vou apresentar, o que os atacadistas estão ganhando não é brincadeira.

Então, Presidente, por determinação sua, ficou já marcada essa reunião para o dia 22, que nós já vamos ter o

preço do leite feito pelo Conseleite. Ele já vai entregar para a Seagri o preço real do leite e o custo de toda essa cadeia de produção de todos os laticínios. Só para lhe informar, que o senhor não estava aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado. Eu quero comunicar aos deputados que eu coloquei aqui no grupo de WhatsApp os deputados que querem fazer parte desta Comissão. Eu não sei quantos membros são. Gostaria que a Mesa me orientasse aqui, nossos assessores. Comissão Temporária Especial. Quantos membros são? São sete, se eu não me engano.

O SR. ISMAEL CRISPIN - São sete membros.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Se não falha a memória, são sete membros. Nós temos vários. Nós temos o Deputado Lazinho, Deputado Chiquinho, Deputado Cirone, Deputado Laerte, Deputado Jean, Deputado Crispin, agora, o Deputado Jair Montes vou acrescentar, aqui.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente, eu acho que de todos os deputados, acho que todos podem participar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu acho que vamos criar essa Comissão e deixar livre para todos os deputados participarem, porque é uma preocupação de todos os deputados.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Só eleger quem toca o processo. Todo mundo participa, mas tem que ter quem toca o processo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Aí, vamos eleger um Presidente e um Secretário para secretariar os trabalhos. A minha sugestão é fazermos igual fez a Comissão que o Deputado Anderson é Presidente, junto com o Deputado Eyder. Vocês estão fazendo um bom trabalho, meus parabéns. Então, envolver todos os que podem contribuir. Deputado Chiquinho foi muito feliz na sua fala. Então, fica marcada a primeira reunião para quando?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Dia 22, pela manhã. Amanhã, a Comissão de Agricultura...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Dia 22. Não está muito longe, dia 22?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - É porque assim, por causa do preço. A pesquisa de preço que o Conseleite está fazendo, é muito importante a gente ter isso na mão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu acho muito tarde essa reunião. Desculpa, viu, Deputado Ezequiel Neiva, interromper, aqui, a sua fala.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - A Secretaria da Fazenda pediu 15 dias.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Então, fica marcado para essa data.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Que tem o pessoal que está em greve, que está em...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu gostaria, de forma verbal, já colocar à apreciação do plenário a criação dessa Comissão mista. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem. Fica aprovado. Fica criada a Comissão. A Secretaria Legislativa fará a inscrição de todos os deputados, eu passarei os nomes.

Neste momento, agradeço a compreensão do Deputado Ezequiel Neiva. Passo a palavra, ao nobre Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Senhor Presidente, Senhores Deputados eu venho, aqui, à tribuna desta Casa, nesta tarde, primeiramente para ser solidário. Ser solidário com as famílias do Estado de Rondônia, mas, sobretudo, Deputado Chiquinho, conforme Vossa Excelência já disse, lá de Cerejeiras. Nós tivemos, apenas de uma família, do dia 18 até ontem, oito pessoas vieram a óbito. Oito pessoas apenas de uma família lá no município de Cerejeiras. A família Farias Ribeiro e dos Firmino. Infelizmente, foram perdas irreparáveis. Tivemos dias lá em Cerejeiras, Deputado Follador, de ter seis óbitos. Um município de 17 mil habitantes ter seis óbitos em um dia. Estamos lá, hoje, com quase 600 casos ativos, no Município de Cerejeiras, e

muitas pessoas internadas, não apenas em Cerejeiras, mas que foram deslocadas ao Município de Vilhena, ao Município de Cacoal, que estão intubadas, que estão na UTI e algumas que estão até 20 dias intubadas, que praticamente já vindo a óbito, infelizmente. Foram perdas muito grandes para o município. O Deputado Chiquinho disse muito bem, fizemos uma ação em conjunto, na semana passada e conseguimos quase dois mil testes de alguns empresários, lá. O Deputado Chiquinho falou aqui, da Aprosoja, do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Cerejeiras, da própria Mazutti que fez uma doação considerável, a Rical com uma doação esplêndida; a Coopama, Deputado Chiquinho, que também é uma Cooperativa lá de Cerejeiras, doou também; mais o Duda que é proprietário do outro secador também; a Solar... Enfim, vários empresários se juntaram, Deputado Follador, e nós fizemos e esta campanha para que o Estado pudesse estar lá amanhã, através da Secretaria de Saúde, fazendo essa testagem lá. E essa testagem, Deputado Chiquinho, não vai ser só amanhã, ela vai continuar até porque são vários testes. Estou colocando também um recurso para a compra de outros testes para que a gente possa, então, dar uma amenizada nessa questão de contaminação no Município de Cerejeiras. Quem sabe, identificando aqueles que estão contaminados, isolando e fazendo um tratamento mais precoce, enfim, evitando a ida deles para o hospital e, por fim, a sua intubação.

Mas, eu quero dizer, aqui, também, Deputado Follador e Deputado Chiquinho, houve muita discussão nessa questão do laticínio, dos produtores. Sou solidário também, porque, realmente, a gente sabe que a grande economia do Estado de Rondônia está baseada justamente nos pagamentos de leite. O empresariado, o comércio ficam aguardando que os laticínios paguem os produtores para que eles possam fazer as promoções. Enfim, e vender muito mais. É uma preocupação

grande. Eu falava com o Deputado Chiquinho agorinha. Eu estive em Nova Dimensão na semana retrasada e lá tem um laticínio, Deputado Follador, e o dono do laticínio – eu fui lá pela primeira vez, conhecer as suas instalações –, e ele me chamou e me mostrou a sua câmara fria. E falou, “Ezequiel, não estou tendo onde mais colocar queijo. Não tem, está superlotado. Estou alugando uma câmara fria móvel, vai vir um caminhão, aqui, para colocar para que eu possa estar armazenando, porque eu não estou tendo mercado. Pessoal que comprava 50 mil quilos meu, passou a comprar 30, passou a comprar 20, passou a comprar 15 e eu não estou tendo para quem entregar.”.

Então, a situação, realmente, está muito complicada, com esta pandemia. As lojas, as grandes pizzarias de São Paulo, Rio de Janeiro não estão trabalhando à noite. As que estão trabalhando, onde cabiam 100 pessoas sentadas, está podendo entrar só 30, e ainda revezando, e tudo isso também atrapalhou e muito a questão do consumo dos queijos do Estado de Rondônia. A gente sabe que o produtor rural realmente é aquele que mais sofre, que é mais penalizado em virtude..., quando se tem a queda do preço e também a queda do consumo. Mas, infelizmente, está acontecendo isso também. E se esta pandemia, Deputado Follador, durasse até o final do ano, da forma como está hoje, muitas empresas nossas de laticínios iriam fechar, porque justamente não tem para onde entregar e não tem para onde vender o seu produto, infelizmente. Mas nós estamos aqui.

O Presidente está de parabéns criando essa Comissão para que nós possamos, através da Assembleia Legislativa, tentar, de certa forma, criar meios e mecanismos de ajudar o nosso produtor rural, mas também ver o que está acontecendo com os laticínios também. Porque quando se fala aqui de incentivo, nós não vamos conseguir aumentar a nossa

cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia fornecendo, Deputado Follador, uma bezerra, uma inseminação, um embrião, não vamos conseguir fazer isso. Isso está vindo de fora.

Para vocês terem noção, nós temos apenas duas usinas de nitrogênio no Estado, só duas. É muito pouco para aquilo que nós apresentamos, aquilo que nós produzimos no Estado de Rondônia. A nossa Secretaria de Agricultura precisa realmente rever esses conceitos. Nós precisamos de mais usinas de nitrogênio. Nós precisamos de laboratório. Laboratório para que nós possamos fazer a transferência de embrião e aspirar as nossas melhores vacas aqui no Estado, aqui mesmo. Temos aqui os nossos laboratórios em regiões descentralizadas. Precisamos fazer isso. Nós já temos os técnicos da Emater, tem muitas pessoas qualificadas e capacitadas por aí. Vamos pôr esse pessoal para trabalhar. era isso, Presidente, a minha fala.

Mas eu também gostaria aqui, não me esquecendo de agradecer ao Governador Marcos Rocha, que esteve em Brasília e, junto ao Ministro da Saúde, conseguiu intervir lá e mudar a nossa proposta, mudar o cronograma de vacinação. E colocar as forças de segurança também como prioridade para que possam estar sendo vacinadas em primeira mão, o que já começou a acontecer no sábado próximo passado. Um grande abraço a todos e obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelo discurso, nobre Deputado Ezequiel Neiva. Eu gostaria de convidar nosso vereador aqui da capital, Vereador Vanderlei, que está nos visitando, para que comparecesse e permanecesse na Tribuna de Honra. Vanderlei que é do nosso Partido Republicanos. Gostaria de convidar o Deputado Alex,

do Republicanos, juntamente com o Deputado Jhony Paixão, para acompanhar o Vereador Vanderlei, que visita a nossa Casa. Muito obrigado pela presença.

Convido, neste momento, a Excelentíssima Senhora Deputada Cassia Muleta. Gostaria também de comunicar aos deputados que têm Projeto na Casa, que gostaria da inclusão na Ordem do Dia, nós estamos à disposição para incluir todos os deputados e atender aos pedidos dos deputados na inclusão na Ordem do Dia. Temos um pedido já do Deputado Alex Silva, um pedido do nobre Deputado Adelino Follador e um pedido também do nobre Deputado Jair Montes.

O SR. EYDER BRASIL - Presidente, tem um recurso que nós interpusemos na Casa, gostaria que o senhor colocasse em votação também.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Bem lembrado. Inclusive, nobre Deputado Eyder, eu assinei também, junto com Vossa Excelência. Será colocado em apreciação também hoje. Parabéns.

O SR. EYDER BRASIL - Verdade. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu gostaria antes de a Deputada Cassia falar, nós não votaremos hoje as duas sabatinas que estavam previstas. Só comunicando que não vamos votar hoje. Estamos em análise para colocar amanhã, junto com a votação da PLC 80.

E gostaria também de reforçar o convite a todos os deputados a importância dessa votação. Votação esperada há muito tempo. Longamente debatida. Então, é o primeiro passo

para votarmos o zoneamento. Então, amanhã, gostaria já de convocar a Sessão Extraordinária para às 15 horas, no plenário desta Casa de Leis.

Com a palavra, nobre Deputada Cassia Muleta.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Questão de Ordem, Presidente. Antes da nossa querida Deputada Cassia, a qual nos anima com a sua presença.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida a Questão de Ordem ao nosso Vice-Presidente da Casa, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, a título de sugestão. Gostaria que Vossa Excelência desse uma refletida sobre a importância do Projeto que nós vamos votar amanhã, PLC 80. PLC 80 é um Projeto de suma importância. Por isso, nós criamos uma Sessão Extraordinária para analisar ele. Eu tenho certeza absoluta que os deputados aqui irão fazer suas ponderações durante a Sessão. É um Projeto que é extremamente delicado, mas, ao mesmo tempo, é extremamente justo. Por isso, seria interessante que Vossa Excelência marcasse outra Extraordinária para analisar as sabatinas. É o pedido que eu faço a Vossa Excelência. Marca a sabatina para quinta, para sexta, para sábado, para qualquer outro dia, para segunda-feira que vem. Ou deixe para a Sessão Ordinária da semana que vem, que eu acho que é o mais prudente. Deixar para semana que vem. Não misturar a sabatina com a votação da PLC 80. É o meu pedido, a minha sugestão.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Concordo com o Deputado Jean, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito, vamos...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, só um encaminhamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Na questão do zoneamento, a gente sabe que é uma prioridade desta Casa, vamos avaliar e, provavelmente, vamos votar amanhã, conforme está alinhado, que é o PLC 80, mas é o caminho para a votação do zoneamento, que deve ser votado provavelmente na outra semana, que é o PLC 84, mas eu quero fazer um encaminhamento aqui a pedido do Governo do Estado, que nós votemos amanhã em Sessão independente. Podemos, em uma Extraordinária, votar as sabatinas primeiro; e numa segunda Extraordinária votar o PLC 80. Por que, Presidente? Porque todos os parlamentares já têm compromissos no interior a partir de quinta-feira, inclusive eu. E o governo precisa que sejam sabatinados esses diretores dessas autarquias e fundações, por quê? Porque hoje elas estão sem representatividade. E é uma necessidade que o governo tem, porque, se nós colocarmos como exemplo o Fhemeron, o Fhemeron é um agente de saúde. E a gente sabe que, a todo momento, hoje, diante da pandemia, é necessário se tomar

muitas decisões. E não tem como um órgão tão importante quanto um coletor de sangue, que é o Fhemeron, daqui a pouco não ter uma pessoa com autonomia para falar pela Fundação.

Então, esse é o pedido que eu trago a esta Casa para todos os parlamentares em nome do Governo do Estado de Rondônia.

Gostaria muito, Presidente, que o senhor acatasse esse pedido.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida a Questão de Ordem. Peço desculpas à Deputada Cassia. Só peço para que sejamos breves nas Questões de Ordem.

Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Eu concordo com as palavras do Deputado Luizinho Goebel quanto à questão da representatividade das autarquias, mas também me vem à reflexão de quanto tempo essas autarquias estão sem seus representantes. Será se realmente faria tanta diferença nós fazermos essa sabatina na próxima terça? O Deputado Luizinho, como líder do Governo, deve ser um conhecedor dessa necessidade e dizer quanto tempo que essas autarquias estão sem representantes. De repente, quatro dias a mais, quatro dias a menos, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, nobre Deputado Eyder, nós temos o caso da Fhemeron, que faz vários meses que está

sem. Então assim, não tem mais motivo de nós protelarmos, por quê? Se o Executivo só mandou o nome agora, aí é problema do Executivo. Agora, a Assembleia não tem necessidade nenhuma de segurar aquilo que já demorou tanto tempo lá no Executivo.

O SR. EYDER BRASIL - Concordo.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Estou falando do caso da Fhemeron. Mas, no caso da Agero e da Fapero, eles foram desligados esta semana. Esta semana, na data de segunda-feira, foi desligado um, e o outro... Os dois foram desligados na data de segunda-feira, para o senhor ter uma ideia. Os dois foram desligados na data de segunda-feira. Então, na realidade, a vacância está da data de ontem e de hoje. E vai continuar, por quê? Se a Assembleia não vota agora, como apresentou o Deputado Jean, semana que vem a tendência é nós analisarmos a PLC 84, que fala do zoneamento.

O SR. EYDER BRASIL - Entendi.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - São duas semanas. Aí nós vamos pegar a terceira semana e votar, se é que vai ter quórum, que, naturalmente, geralmente tem quórum, mas pode acontecer de não ter quórum.

O SR. EYDER BRASIL - Sim, entendo.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, eu não vejo necessidade nenhuma de a Assembleia ficar arcando com essa responsabilidade, por quê? Porque, de fato, o compromisso de o governo mandar era um, agora mandou. E o da Assembleia é apreciar. Agora, se for aprovado ou não aprovado, aí vai depender do colegiado da Assembleia.

O SR. EYDER BRASIL - Sim, sim. Vou usar a sua fala, Deputado. Só Questão de Ordem, Presidente. A questão de quem manda os nomes, Deputado Jean Oliveira, é o Executivo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente. Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL - Então, é como eu falei, Presidente Redano. Vai vir naquela mesma situação de que nós nos reunimos aqui num dia de domingo para criar o Fundo e o Governador comprar as vacinas de Fonte 100. Então, a gente está fazendo um retrabalho aqui, se reunindo de forma extraordinária, por uma coisa que não tem sentido de acontecer, que pode esperar quatro dias. Mas, se o Deputado está dizendo que é necessário, eu deixo aqui nas vossas mãos.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Nós só vamos homologar, nós vamos homologar. A escolha é do Governador. A Casa só vai homologar uma coisa que o Governador já fez. Abre uma Extraordinária, depois abre outra.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu passo a palavra ao Deputado Chiquinho e ao Deputado Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Abre uma Extraordinária, vota essa questão aí da sabatina e, em seguida, outra Extraordinária para votarmos o PLC.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Eu acho que dá para fazer as duas coisas. Ou fazemos de manhã cedo, e à tarde fazemos outra. Acho que nós estamos aqui...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu acho que podemos fazer a Extraordinária 14 horas, e a outra Extraordinária 15 horas. Acho que uma não atrapalha a outra. Aí deixaria as duas para votar amanhã. Vocês concordam?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Quais duas? **(fora do microfone)**.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - A Fapero e a Fhemeron.

O SR. EYDER BRASIL - Na verdade são três: Agero, Fapero e Fhemeron.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Vota só a Fhemeron, e deixa as outras duas para...

O SR. LUIZINHO GOEBEL -Fhemeron, amanhã então. Fhemeron amanhã. Fhemeron. **(fora do microfone)**.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, eu acho que se não... Eu acredito que tem que votar as duas juntas. Se não for votar amanhã as duas, então deixa para semana que vem votar as outras duas, para a próxima terça.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Vamos votar a Fhemeron hoje?

O SR. MARCELO CRUZ - Na terça-feira. Vota na terça-feira, foi um pedido do nosso colega Deputado Jean Oliveira. Aí votar uma e não votar a outra, é melhor votar as duas juntas. Vota na semana que vem. A gente tem que respeitar o nosso colega.

O SR. CIRONE DEIRÓ - A Fhemeron hoje.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos fazer o seguinte, gente, eu acho que é questão de dias. Vamos fazer o seguinte, deixa já acordado entre todos os pares para terça-feira nós votarmos não somente a Fhemeron, votar todas as três.

O SR. JEAN OLIVEIRA- Se tiver consenso. **(fora do microfone)**.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Tem consenso. Vota as três.

O SR. MARCELO CRUZ - Tem consenso. Porque é o nosso colega Deputado Jean que está pedindo, eu tenho certeza que em outro momento outros deputados vão pedir e é em respeito ao nosso deputado. Pode ser meu líder?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pode ser, Deputado Jean?

O SR. JEAN OLIVEIRA- Eu concordo em deixar para terça-feira e a gente discute. Hoje não tem clima para votar. **(fora do microfone)**.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Então fica acordado, gente, para terça-feira. Vamos nos ater amanhã ao PLC 80 e terça-feira fica compromissado em colocar em pauta. A votação será debatida amplamente, democraticamente aqui no plenário.

O SR. MARCELO CRUZ - Perguntar para o nosso líder Deputado Luizinho Goebel, pode ser? Que aí tem o interesse do governo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pode ser, Deputado Luizinho?

O SR. EYDER BRASIL - A gente vota as três juntas na terça.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Ou pode ou pode, não é? Está aceito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não, é melhor. É melhor realmente, faltam alguns dias só. Terça-feira a gente já vota tudo.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu votaria a Fhemeron hoje.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Não, tranquilo. Nesse compromisso está bom Presidente, que aí na terça-feira, então...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - É porque aí fica compromissado já desde agora. Eu vou pautar terça-feira.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Está certo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Por mim eu votava a Fhemeron hoje, se vocês aceitarem.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu aceito. **(fora do microfone)**.

O SR. CIRONE DEIRÓ - A Fhemeron, eu aceito hoje.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Então vamos votar a Fhemeron hoje.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Vamos fazer a Fhemeron hoje.

O SR. MARCELO CRUZ - Tem que ser as duas, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Fhemeron é saúde.

O SR. MARCELO CRUZ - Então vamos votar a Fapero então. Vamos votar a outra, Deputado Jean. Os dois estão aí, vamos logo resolver o problema.

O SR. EYDER BRASIL - Deputado Cirone, fala que é saúde, mas está a quantos anos que não tem representante lá? Não é de agora que está sem diretor da Fhemeron, já está com...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, já passou pelas Comissões? Passou pela Comissão de Saúde ou não? **(fora do microfone)**.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gente, gente, vamos prosseguir a Sessão. Eu concedi essa Questão de Ordem porque esse assunto é realmente importante para a gente decidir.

Vamos fazer o seguinte, para não polemizar, nós temos tempo de discutir, analisar, terça-feira já deixo palavreado desde agora, terça-feira vamos colocar os três para votar. Ok? Os três vamos colocar em pauta.

Deputado Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, só para contribuir que eu acabei não participando da discussão. O Deputado Marcelo acabou de citar que os dois representantes para serem sabatinados, tanto da Fhemeron quanto da Fapero os dois estão aí. A autonomia de pautar é de Vossa Excelência, com todo respeito ao Deputado Jean, pauta. Faz a sabatina e a gente vai para o voto, vai para a discussão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu peço desculpas a todos os colegas, mas durante a semana eu fui procurado pelo Deputado Jean, é um pedido que ele fez e eu, na ocasião, falei que atenderia ao pedido, eu não posso agora voltar atrás na minha decisão.

O SR. MARCELO CRUZ - Parabéns, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, eu queria aqui, primeiro reconhecer a sua postura como Presidente que tem sido democrático. O papel do líder é de pedir. Ele pede, o senhor acata ou não. E parabéns porque o senhor demonstrou pulso.

Eu queria dizer que se Vossa Excelência quiser pautar a Fhemeron, eu havia concordado. Até porque Deputado

Marcelo, Fhemeron é o adjunto que está subindo para a cabeça, a Fapero é uma pessoa que está totalmente desconectada com a Fundação e está assumindo. E nós nem sabemos o seu currículo direito.

E eu gostaria também, Senhor Presidente, a pedido dos próprios deputados que questionam tanto a função das Comissões, não foi tramitado nas Comissões o currículo desses sabatinados. Então, havendo esse tipo de pensamento é que eu queria que Vossa Excelência analisasse. O Deputado Marcelo pediu para serem votados os dois juntos, eu abro mão da questão da votação de não votar a Fapero por falta de conhecimento, mas se Vossa Excelência entender que os dois têm que ser votado ao mesmo tempo, deixa para a semana que vem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O meu pensamento é pautar, já falamos, vamos pautar, não somente os dois, vamos pautar todos os demais terça-feira. Inclusive, está aqui acompanhando, a Casa Civil acompanhando a Sessão, se tiver algum Projeto para inclusão na pauta de terça-feira, já fica comprometido nós votarmos alguns Projetos que precisam ir para limpar a pauta. Então se tiver algum Projeto, já comunique no máximo até sexta-feira, que a gente já passa as cópias para os gabinetes.

Minha querida Deputada Cassia Muleta, perdão pela demora, mas foi um assunto importante, uma intervenção importante de todos.

Com a palavra, a Deputada Cassia Muleta.

A SRA. CASSIA MULETA - Obrigada, Presidente. Parabenizar o senhor também pela condução dos trabalhos

aqui na Assembleia Legislativa como Presidente. E em nome do senhor, do Presidente Alex, quero cumprimentar todos os deputados presentes, quero cumprimentar o vereador presente, do partido do nosso presidente aqui da Casa. Seja bem-vindo a esta Casa. E, meu amigo Deputado Chiquinho, em nome dele eu cumprimento todos os funcionários aqui desta Casa. Funcionários guerreiros que estão sempre trabalhando neste momento de pandemia.

Presidente, eu estou usando esta tribuna hoje para, tem um motivo muito triste que está acontecendo no nosso Município de Jarú em relação a tantas mortes que estão tendo. Muitas mortes ao dia lá, duas, três, quatro, já chegou a ter nove mortes lá no nosso Município de Jarú devido à Covid. E hoje, aqui no meu gabinete, recebi uma notícia muito triste e quero fazer uma nota aqui de pesar a todos os familiares. O nosso Pastor Adonias, lá do município. Está deixando netos, filhos, esposa. A Covid veio e levou o nosso amigo Adonias. O Pastor Adonias, uma pessoa muito generosa, que trabalhou muito no Município de Jarú, uma pessoa, um pastor que tinha um trabalho brilhante lá no nosso município. Então eu deixo aqui minha nota de pesar para todos os familiares. Meus sentimentos a esses familiares do nosso pastor.

E também um empresário, o Senhor Walter, conhecido com Juca do Ipê, também falecido devido à Covid, hoje, no nosso Município de Jarú. E nosso amigo que faleceu na sexta-feira, na quinta-feira à noite, Dr. Hilário. Ele era um doutor holístico, que atendia muita gente no Município de Jarú. Tinha consultório em Ariquemes e vai deixar uma saudade incrível para todos nós. Então, em nome da Assembleia Legislativa, eu deixo essa nota de pesar para esses três cidadãos do nosso Município de Jarú.

E lá em Theobroma, também, ontem, faleceu nosso Pastor Carlos Rodrigues. Ele também tem um trabalho social lindo. Pastor da Igreja Assembleia de Deus onde tem um trabalho social que é admirado por todos. Minha nota de pesar para essas três, quatro pessoas, lá da minha região.

Quero aqui também, Presidente, aproveitar a tribuna hoje e parabenizar o Governo do Estado em relação às vacinas que chegaram para a classe de Segurança aqui no nosso Estado, que precisa. A gente ficava revoltado quando diziam que os presidiários tinham a chance de serem vacinados primeiro que o setor de Segurança. Então fiquei muito feliz ao ver no jornal que iam ser vacinados.

Então, eu falo para todos os presentes aqui: o que temos que lutar hoje, no Estado de Rondônia, em todo o Brasil, é para cada dia mais chegar vacina aqui no nosso Estado. Infelizmente, a gente vai assistir o jornal, a gente abre a internet, o nosso Estado de Rondônia está muito longe de chegar entre os primeiros para serem vacinados. No nosso Estado está morrendo muita gente ao dia, Deputado Chiquinho, e eu estou ficando muito preocupada. Estou sendo muito cobrada em relação a essa vacina.

Ontem, um amigo me ligou e falou que nós, deputados, estávamos sendo mais fracos que os vereadores de Rondônia. E eu falei que não, que os deputados e os vereadores estão aqui apoiando o Governador, apoiando os prefeitos para estarem trabalhando junto com a nossa população.

Então, eu estou usando a tribuna para dar essa nota de pesar e, aproveitando, para pedir mais agilidade na vacinação no Estado de Rondônia.

Eu também quero fazer aqui um agradecimento ao nosso Deputado Luizinho Goebel, que como líder do Governo está

fazendo um papel excelente. Quero parabenizar, Deputado Luizinho, o teu trabalho perante esta Assembleia, com o Governo do Estado. É desse jeito que tem que trabalhar, conversando com todos os pares desta Casa, alinhando com todos, e isso você está fazendo. Parabéns. E eu quero te agradecer, que ontem você não mediu esforços para conseguir uma vaga de UTI no Município de Vilhena, de um primo e irmão meu, de Pimenta Bueno, que já está sendo transferido neste momento. Através de você, com o Prefeito Japonês, eu quero fazer esse agradecimento em público. Muito obrigada mesmo. Pode contar comigo sempre, por esse favor que você fez, não olhando nem perguntando quem era e já atendendo nessa UTI em Vilhena. Muito obrigada e que você faça esse cargo seu cada vez crescer mais aqui dentro desta Casa. Meus parabéns. Que Deus te abençoe sempre, está bom? Muito obrigada, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras, nobre Deputada Cassia Muleta.

Passemos ao Grande Expediente. Suspenso o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (2º Secretário) - Procede à leitura das proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora, nos termos Constitucionais e Regimentais,

urgência na apreciação do Projeto de Lei 953/2021, que altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 2.426, de 03 de março de 2011.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JHONY PAIXÃO. Requer ao Poder Executivo, com cópia à Casa Civil, Superintendência de Gestão de Pessoas e Secretaria do Estado e de Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o andamento do Projeto de Lei e estudos de impacto financeiro relacionados à equiparação salarial da Polícia Militar com a Polícia Civil no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, extenso à Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, informações e providências quanto ao prosseguimento das obras da reforma e ampliação do Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON, localizado no Município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, providências urgentes para que as reuniões das Comissões Permanentes e Temporárias, bem como as reuniões do Conselho de Ética e Comissões Parlamentares de Inquérito sejam transmitidas em tempo real por todas as plataformas de comunicação disponíveis por esta Casa Leis, visando facilitar o acesso à informação deixando livre acesso ao cidadão para acompanhar as atividades legislativas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX SILVA. Requer à Mesa Diretora, que solicite à SESAU, informações sobre a quantidade de médicos que pediram demissão no Estado de Rondônia no período de Pandemia, por quais motivos, e que providências a SESAU tem tomado para contratação de novos profissionais para suprir a demanda atual do Estado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Requer ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagens e Transportes - DER, informações e providências quanto à recuperação dos primeiros 38 km da Linha 07, no trecho que liga o Município de Cacoal - RO a Rondolândia - MT.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Requer ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagens e Transportes - DER, informações e providências quanto à recuperação da Linha 14, no trecho que interliga a RO-486 (Rodovia do Café) ao distrito de Divinópolis.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Institui a gratuidade do transporte intermunicipal rodoviário aos profissionais de saúde, em viagens a serviço, na vigência de estado de calamidade pública e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Institui o código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Institui o 22 de setembro como o Dia da Juventude no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Dispõe sobre a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos realizada por meio de aeronave em todo o Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Jeconias Nogueira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Mirante da Serra, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Estabelece como prioridade para a vacinação contra a COVID-19 aos servidores que atuam na linha de frente das Secretarias de Ação Social dos Municípios do Estado de Rondônia.

Lidas as matérias, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem, Presidente. Eu gostaria de fazer um Requerimento verbal, Secretário, solicitando, se o meu Presidente me permite, solicitando ao

Governo do Estado, com cópia à Sejus, todos os contratos que o Governo do Estado tiver com a empresa Sabor a Mais Comércio de Alimentos EIRELI, que é de propriedade do Senhor Patrick de Lima Oliveira Moraes, o mesmo que foi preso pela Polícia Federal, na Operação Dúctil, no ano passado, por não entregar os testes rápidos.

Então, eu gostaria de fazer um Requerimento verbal, enquanto a nossa assessoria faz esse Requerimento, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) -Eu estou aqui com a assessoria da Mesa, com o Kid, Vossa Excelência tem que fazer por escrito e encaminhar, que não é votada a inclusão de Requerimento, é só deferido. Então, só fazer um encaminhamento que será deferido.

O SR. EYDER BRASIL - Obrigado, Presidente. Perfeito. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) -Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (2º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO ESTADUAL JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora, nos termos Constitucionais e Regimentais, urgência na apreciação do Projeto de Lei 953/2021, que altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 2.426, de 03 de março de 2011.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Senhoras deputadas, senhores deputados, em discussão única o Requerimento de autoria do Deputado Jair Montes, "Requer à Mesa Diretora, nos termos Constitucionais e Regimentais, urgência na apreciação do Projeto de Lei 953/2021, que altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 2.426, de 03 de março de 2011."

Em discussão o Requerimento. O autor do Requerimento gostaria de discutir? Deputado Jair Montes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL- Qual é a matéria, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - É um tema importante. Inclusive gostaria de subscrever. É sobre a questão da Energisa. "As empresas concessionárias de serviços públicos fornecedoras de energia elétrica, e água, no Estado de Rondônia, quando da realização de vistoria técnica no medidor do usuário residencial..."

Chegou o autor. Eu gostaria que o autor discursasse sobre o Projeto.

O SR. JAIR MONTES - Deputados, nós estamos fazendo essa aqui, ele é bem idêntico ao que foi aprovada em Manaus. O que acontece? A concessionária de energia tem uma empresa terceirizada e ela encaminha essas pessoas nas casas dos consumidores e nós já temos, aqui, uma lei da Assembleia que fala que não pode ter corte em feriado, nos finais de semana, na véspera de feriado. E com o intuito de uma desculpa dizendo que: "estou aqui só para fazer a vistoria

do relógio, só isso”, e a pessoa autoriza fazer essa vistoria. E na hora de fazer a vistoria, eles trocam o relógio, mudam, levam, e aí, quando chega a conta, chega absurda. Esse nosso Projeto de Lei, aqui, a empresa, agora, tem que fazer um encaminhamento, via Correios, e vai por aquele AR. O consumidor vai receber, em casa, o Correio, vai assinar aquela AR. E na AR está dizendo que cada daqui a 15 dias – hoje é dia 6, dia 21 –, a Energisa estará na sua residência para fazer a vistoria. Então, ele está sendo previamente comunicado com 15 dias. E aí se ele pode se preparar, ele pode ter um eletricitista, ele pode ter uma testemunha, ele pode ter quem for para acompanhar, porque é do direito de a Energisa fazer a vistoria. Só que é o direito do consumidor saber o dia que vai. Não vai chegar de supetão. Então, nós estamos encaminhando esse aqui, para que, a partir de agora, toda vistoria, toda a retirada de relógio, é encaminhada uma notificação prévia com 15 dias, por AR. Foi feito em Manaus, a concessionária de energia entrou na Justiça, o STF deu a lei constitucional. Então, a lei é constitucional, não há vício de iniciativa. Então, eu peço que todos os deputados, votemos de maneira coletiva, como Assembleia Legislativa.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Parabéns, Deputado Jair.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns pelo Projeto, Deputado Jair Montes. Coloco em apreciação o Requerimento de Entrada de Regime de Urgência. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Fica aprovado. **Fica aprovado. Vai ao Expediente.**

Matéria seguinte, Senhor Secretário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (2º Secretário) - RECURSO 001/2021. Com base no artigo 28 A, inciso 2º do Regimento Interno, recorro ao Plenário desta Casa contra o parecer contrário da Comissão de Educação e Cultura sobre o Projeto de Lei nº 947 que estabelece que as atividades educacionais com aulas presenciais, são atividades essenciais no Estado de Rondônia. De minha autoria, tendo em vista que a matéria merece sua apreciação de todos os parlamentares pela sua relevância. Plenário das Deliberações, 31 de março de 2021. Eyder Brasil, Deputado Estadual (PSL).

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Em discussão o Requerimento do Deputado Eyder Brasil. Esse Projeto, gente, eu fui o segundo a assinar, junto com o Deputado Eyder, acho importante, apesar de ser um tema polêmico, é importante nós não nos furtarmos de discutirmos, que é colocando as atividades educacionais com aulas presenciais, são atividades essenciais no Estado de Rondônia. Em suma, essa discussão, aqui...

O SR LAZINHO DA FETAGRO (Por videoconferência) - Presidente, Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza, Deputado Lazinho.

É preciso ser discutido. Foi tirado de tramitação. Então, eu acho importante que esse Projeto tramite e quando tiver consenso na Casa, nós colocaremos em apreciação. Aprovado ou reprovado. Eu confesso que, às vezes, eu fico

em dúvida desse Projeto, porque se você for analisar friamente, as nossas escolas têm algumas dificuldades. Muitos alunos, os pais têm receio ainda, receio de mandar as crianças, os jovens para sala de aula.

Por outro lado, às vezes, tem uma preocupação também, principalmente, quando fala em escolas públicas, que essas crianças, principalmente, quando tem vários filhos, vários irmãozinhos na mesma casa, eles não ficam dentro de casa. Eles ficam na rua, vão ficar brincando e poderiam estar na escola. Então, é um tema polêmico. Hoje, eu até tive uma reunião com um amigo, um Promotor, que ainda é responsável pela pasta da Educação, então, nós estávamos debatendo sobre os prós e contra. É, realmente, um Projeto difícil de você ter uma decisão acertada. Eu, no início, era totalmente contra porque realmente não era o momento; hoje, eu tenho dúvida. Eu acho interessante nós ouvirmos todos os lados para termos uma decisão desse assunto tão complexo.

Eu passo a palavra, o Deputado Eyder se inscreveu, mas eu passo a palavra ao Deputado Lazinho da Fetagro que está acompanhando bem de perto esse tema.

Com a palavra, o Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Senhor Presidente, esse tema, esse Projeto de Lei, na Comissão de Educação, ele já foi arquivado. Ele foi arquivado por entendimento e relatoria do nobre Deputado Ismael Crispin. E eu não sei, neste momento, um Requerimento pedindo para levar ao plenário. Se na Comissão já foi arquivado, peço desculpa ao nobre Deputado, mas que ele tramite novamente pelas Comissões de uma forma geral.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Só esclarecer ao nobre Deputado Lazinho, tem aqui - o Deputado Eyder acho que fuçou o Regimento Interno, a assessoria - e tem uma brecha aqui que é um recurso. Um recurso para o plenário aqui que precisa - é bem complexo, Deputado Lazinho -, ele precisou de 8 assinaturas. Tem assinaturas de sobra aqui, pedindo para iniciar uma nova tramitação, Deputado Lazinho. Não é que vai votar hoje, não, bem esclarecido. Ele vai desarquivar e vai voltar para uma nova tramitação e vai ser colocado aqui para o plenário decidir. Na verdade, se ele volta a tramitar ou ele continua arquivado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Questão de Ordem concedida. Em discussão o Requerimento. Pode, à vontade.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Bom, então nós vamos deliberar para ver se vão acatar ou não. O encaminhamento do Executivo é para que rejeite esse Requerimento por uma questão, exatamente, por que assim: hoje tem uma equipe dentro do governo, uma equipe técnica fazendo essas análises dentro da própria Educação. Então, se eles estão fazendo isso e, neste momento, o próprio governo, que é o que administra e executa as ações dentro da Educação, não está vendo condição de fazer isso acontecer, então, seria muito complicado o Parlamento fazer essa ingerência. Porque se fosse o Parlamento fazer a execução das ações da Educação, a responsabilidade estaria sobre nós. Agora nós, Assembleia, o Parlamento, que não vai fazer essa gestão,

fazer essa votação obrigando o governo a tomar essas medidas, então, o encaminhamento do governo é para que se rejeite esse Requerimento. Primeiro passo.

Caso não rejeitado, Presidente, eu gostaria que tanto quanto foi tramitado nas Comissões, que esse Projeto tramitasse nas Comissões novamente. Por quê? Porque a gente sabe que às vezes tem muitos Projetos e esse é um dos Projetos que tramita e que é um Projeto polêmico – não é, Deputado Eyder? –, a gente respeita isso, a gente sabe que é um Projeto que cabe bastante discussão. Então, que esse Projeto fosse deliberado nas Comissões pertinentes, seguindo todos os prazos regimentais.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem. Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O autor do Projeto eu sempre costumo deixar por último. Tem algum outro deputado que gostaria de discutir sobre esse tema?

Esse tema eu tenho certeza, Deputado Luizinho, nosso líder, que todos os deputados aqui foram procurados pelos dois grupos: o pró e o contra. Eu mesmo já ouvi diversas explicações dos dois grupos. É um tema polêmico. Eu tenho a opinião que deve ser discutido, independente se vamos aprovar ou rejeitar. Mas, o que a Casa decidir aqui, nós vamos acatar. Deputado Crispin, Deputado Neiva, algum deputado quer se manifestar antes do Deputado Eyder?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, pela Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Crispin, depois Deputado Chiquinho, depois Deputado Neiva.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Só a título de encaminhamento, acompanhar o que trouxe o Deputado Luizinho: a tramitação do Projeto. Também reforço aqui o pedido. Está pedindo para desarquivar, não é isso? Se pede para desarquivar, volta a tramitação, não é isso? Desarquiva e não volta à tramitação?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - A Mesa está esclarecendo aqui que não volta à tramitação normal. Mas não significa que será pautado hoje. Numa situação dessas, Projetos polêmicos, nós só pautaremos quando tiver ouvido a maioria, tiver uma discussão bem profunda. Emplenário, não é? Em Plenário. Mas não significa que vamos pautar hoje, bem entendido. Deputado Crispin, tranquilo?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Não tranquilo, porque primeiro que a gente tem uma questão de opinião formada a respeito. É uma discussão polêmica, como Vossa Excelência disse, tem lado que é a favor, tem lado contra. É uma discussão que fiz com o Deputado Lazinho nesse segmento e infelizmente chegamos a um momento, na Comissão de Educação, que o Projeto foi arquivado. Então, não dá para falar assim. Quando você tem um posicionamento, como é que você vai falar que está tranquilo? Não está. Por isso que busquei esse entendimento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passo a palavra ao Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Acho que é um Projeto muito complicado, muito polêmico e eu acompanho a ideia do governo. Falando com o Secretário da Educação, é muito temeroso devido às condições que nós temos hoje. Eu acho que não é prudente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito, Deputado Chiquinho.

Com a palavra, Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Eu também acompanho o mesmo raciocínio do Deputado Luizinho, do Deputado Chiquinho, porque esse é o raciocínio do Secretário de Educação, que está convivendo com isso diariamente, diariamente. Acho que nós estamos aqui, claro, esta casa está aqui para debater e para esclarecer, mas o raciocínio completo, mais real, é do nosso Secretário de Educação, que tem essa convivência diária.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito, Deputado Ezequiel Neiva.

Antes de passar a palavra ao Deputado Anderson, só esclarecer a todos...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Senhor Presidente, é o Deputado Lazinho. Antes de o senhor...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim, senhor. Claro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Só um esclarecimento: dentro do governo, dentro das instituições públicas do Estado, com a participação do Ministério Público Estadual, com a participação do Tribunal de Contas, com a participação da Secretaria de Estado, ou seja, com a participação dos profissionais da área de Saúde, existe essa Comissão formada pelo governo para fazer os estudos e o acompanhamento, estudando a possibilidade da volta às aulas presenciais. Então, este trabalho o Estado tem feito. Já foi dito nesta Casa que todo esse trabalho que está sendo realizado não é a Assembleia, que inclusive faz parte, e eu faço parte dessa Comissão, até o momento em que eu era Presidente da Comissão de Educação, e com certeza agora o Deputado Adelino vai fazer, nós fazemos parte dessa discussão junto com essa equipe formada pelo governo, de estudos para a volta das aulas presenciais.

Então, não seremos nós que vamos fazer esse contraponto de aprovar uma lei obrigando a voltarem as aulas, com toda uma equipe, com todo um grupo de trabalho formado, para poder discutir isso.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito, eu gostaria só de ler os §§ 3º e 4º do nosso Regimento Interno, para conhecimento geral.

“Art. 28-A.

[...]

§ 3º No caso de recurso provido, a matéria é desarquivada e retoma ao Plenário, devendo ser nomeado relator em plenário, que emitirá parecer sobre a matéria relativa às Comissões Pertinentes.

§ 4º Se porventura o parecer do relator em plenário for contrário à matéria nos termos deste artigo, e devidamente aprovado, a matéria vai definitivamente ao arquivo.”.

Ok? Com a palavra, o nobre Deputado Anderson Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Presidente, só para contribuir com o debate. Semana passada nós aprovamos aqui um Projeto de Lei, que foi para a sanção do Governador, que traçou algumas prioridades para vacinação. Inclusive os profissionais de Educação estão inclusos nesse Projeto. O Projeto do Deputado Eyder Brasil não é para retorno das aulas. Eu acho que está sendo mal-interpretado. É tornando essencial o que já é essencial, que é a educação dos nossos filhos, das nossas crianças, do nosso futuro.

Como a gente votou um Projeto, colocamos como prioridade, até se esse Projeto voltar a discutir, o meu encaminhamento, inclusive como sugestão até de Emenda - eu faria essa Emenda, Deputado Eyder, no seu Projeto -, de que, após esses profissionais estarem imunizados com a segunda dose da vacina, aí sim o retorno das aulas, porque esse processo já está bem adiantado em relação às vacinas, já estão chegando lotes grandes, chegaram semana passada lotes grandes de vacina, então seria uma sugestão de encaminhamento, Presidente.

A gente desarquivaria o Projeto do Deputado Eyder, eu colocaria uma Emenda que, após esses profissionais estarem com a segunda dose da vacina, imunizados, as aulas poderiam retornar a sua normalidade. Isso seria uma sugestão de encaminhamento, porque o Projeto dele não é para retornarem as aulas, é para tornar essencial o que já é essencial, que nós incluímos na lei, semana passada, da prioridade das vacinas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais algum deputado para discutir?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, só na questão quando se diz - no caso, como disse o Deputado Anderson - "se torne essencial", automaticamente dentro do Decreto dá prerrogativa para que a pessoa reconheça como atividade essencial e então retornem as aulas. Naturalmente que algumas instituições particulares vão acabar fazendo isso, talvez o Estado faça ou não faça. Não vai fazer, no caso não vai fazer. E vai criar um problema para o governo administrar, porque a gente já tem vários problemas para administrar dentro na pandemia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Exatamente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, na questão da imunização, ontem eu tive informações de dados oficiais do Governo do Estado que todos os vacinados das faixas etárias que já foram, que são os idosos, na grande maioria estão

imunizados, ou seja, não está mais tendo casos de Covid nessas pessoas que foram imunizadas.

O SR. JAIR MONTES - Covid moderada, quando tem. Não está internando nem intubando. Que é importante falar isso.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Exatamente. Então, é a primeira parte.

Segundodados da própria Secretaria de Estado da Saúde: que os servidores da Saúde foram imunizados também não estão tendo mais problema de contaminação com a Covid-19. São raros os casos. Então, automaticamente, nós, em vários municípios, até o final de semana, a gente já está chegando na faixa etária de 60 anos. Então eu sei que, mesmo de uma forma lenta, diante da necessidade e urgência, mas a gente já está chegando a um ponto que a gente já vê uma luz no fundo do túnel. A gente vai sair desta pandemia. E, na realidade, se nós nos perguntarmos - nós nos perguntarmos hoje - se nós levaríamos o nosso filho para a escola, eu, particularmente não levaria. Então a gente tem que pesar assim, por quê? E aí? Aí tem aqueles que levam e aqueles que não levam. Mas eu tenho certeza que a grande maioria não levaria. Não levaria. Até porque nós podemos reacender uma grande contaminação, porque hoje é provado que tem centenas e centenas de crianças, de adolescentes se contaminando. Então, essa é uma das preocupações que se tem.

Então, o meu encaminhamento, mais uma vez, Presidente, regimentalmente é nós submetermos ao plenário se acata ou não o Requerimento do eminente Deputado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, só um instantinho.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Boa colocação
Deputado Luizinho.

Passo a palavra, para discutir o Projeto, ao Deputado
Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - O Deputado Luizinho disse muito
bem. Porque, Deputado Anderson, os professores estarão
imunizados, essencial, mas e os alunos? Os alunos irão às
escolas e vão levar, obviamente, para casa. A minha neta
pegou Covid na creche. Ela estuda aqui MappleBear, três
anos e meio, ela pegou. Passou dois dias com febre em casa,
quase que teve que internar. Todos os pais, inclusive a mãe
dela "não, tem que levar para a escola. Tem que levar." Aí
ela levou dois dias e pegou Covid. Pegou dois dias de febre
alta, quase que teve que internar.

Então a questão toda está aí, Deputado Chiquinho: vai
vacinar os professores, bom, maravilha, mas não vai ter
vacina para todos os alunos neste momento. Esta é a grande
questão, Deputado Eyder. Mas, de qualquer maneira a gente
se solidariza com Vossa Excelência.

O SR. EYDER BRASIL - Para discutir, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Agora para discutir,
deixei por último, que é o autor do Projeto, mas eu
gostaria de pedir a permissão e a paciência do nobre

Deputado Eyder. Esse assunto é importante. Eu acho importante todos se manifestarem.

Também se inscreveu aqui o Deputado Adelino Follador e a palavra, para discutir o Projeto, com o Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Eyder, hoje nós aprovamos vários Requerimentos pedindo explicações do Secretário de Educação. Como na reunião passada, da Comissão de Educação, que eu não estava, foram aprovados vários Requerimentos, inclusive um plano se voltar, como vai voltar. Então Presidente, eu sugeriria que não fosse votado esse Requerimento hoje. Espera ouvir o Secretário na semana que vem e depois a gente analisa isso aí para ver o que vai falar sobre isso. De repente, a gente já tem uma noção, aí já tem um plano, foi aprovado hoje, o senhor estava aqui presente hoje, uns já tinham feito na reunião anterior e agora nós acabamos fazendo várias reivindicações que eu tenho certeza que na próxima semana ele vai trazer. Aí, depois, a gente já com mais tranquilidade para ver como está a situação da volta às aulas, que a preocupação é muito grande da volta, mas a preocupação também de como voltar eu também acho muito importante. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra o autor do Requerimento, o autor do Projeto, nobre Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Primeiramente eu quero agradecer ao Deputado Alex Redano, o nosso Presidente, por ter mantido a palavra dele e, além do mais, ter assinado o recurso. Segundo o Regimento pedia 1/3 dos deputados, oito

deputados assinaram e o Deputado Alex Redano foi o segundo a assinar para trazer esse PL para discussão. Que eu acho que o momento de discutir é aqui e não pode, de forma praticamente, Deputado Adelino, de forma quase que unilateral, esse Projeto ser arquivado na Comissão de Educação. Eu acredito que deveria ter tido a hombridade — não querendo falar mal dos meus pares —, de trazer, já tinha passado pela CCJ e ele já poderia ter sido discutido aqui no plenário com os 24 deputados. Então, existe um recurso, não uma brecha, mas os legisladores anteriores a nós, entenderam que qualquer um pode impetrar um recurso e trazer qualquer PL que seja, Deputado Jair Montes, à discussão do plenário. Que o plenário é soberano. O plenário é soberano. O que nós não podemos é ter o nosso direito de discutir uma matéria importantíssima para a sociedade...

O SR. JAIR MONTES - Isso eu aprendi cedo, que o plenário é soberano.

O SR. EYDER BRASIL - O plenário é soberano. Então assim, com muito respeito aos deputados que arquivaram o Projeto na Comissão de Educação, o Regimento Interno é muito sábio e dá essa oportunidade de nós discutirmos aqui. Não estamos falando aqui em votar o PL hoje, nós estamos trabalhando, Deputado Adelino, em trazer esse PL à discussão.

Em lembro que a 15 dias atrás, na Presidência desta Casa, foi feito um acordo com a maioria dos deputados em deixar esse PL tramitar. O que muito me preocupa, Deputado Luizinho Goebel, o senhor como líder do governo, é a sua fala em dizer que o governo está com medo de uma pressão da

sociedade em, se nós aprovarmos o PL e as escolas privadas tiverem a oportunidade de trabalhar, de receber os alunos, os pais das escolas públicas pressionarem o governo para voltar às aulas e o governo não tem capacidade hoje, Deputado Ezequiel Neiva, como o senhor falou, de receber os alunos. E quando vai ter, Deputado Cirone? Quando a Secretaria de Educação vai ter condições receber os alunos? Pergunta quantos dispenser de álcool em gel o Secretário de Saúde comprou. Me pergunta quantas máscaras de proteção para os professores o Secretário de Educação comprou, Deputado Jair Montes. Me pergunta quantos aventais para os profissionais de Educação o Secretário de Educação comprou. Mas está fazendo propaganda aí que comprou laboratório de informática na órbita de R\$ 16 milhões. Porque investir em um nível tão alto em um laboratório de informática no valor de R\$ 16 milhões, se ele não se preocupou em comprar álcool em gel? Se ele não se preocupou em comprar máscaras? Se ele não se preocupou em comprar aventais?

Quando nós estaremos prontos – eu estou falando do poder estadual – para receber as crianças? Se nenhuma ação, depois de um ano de pandemia, tem sido feita pela Secretaria de Educação? Para que, diabos, ele comprou R\$ 16 milhões para laboratório de informática, se não comprou álcool em gel para os profissionais da Educação? Esse PL nada mais é do que a oportunidade de quem se preparou no último ano, para receber as nossas crianças, trabalharem.

O Deputado Ezequiel Neiva falou que a neta dele está na escola, no Mapple Bear, uma das escolas mais caras do Estado de Rondônia. Mérito da sua família, que teve condições de arcar. Parabéns. O meu filho estuda em um colégio particular também. E a escola em que ele estuda se preparou para receber os alunos em 2021. Todos os protocolos sanitários estão sendo feitos nas escolas

privadas. E no Estado de Rondônia, o que foi feito? Nada. É uma grande incompetência. É uma grande ingerência. É uma grande falta de comprometimento com os alunos do Estado de Rondônia. Em vez de fazer o kit de alimentação, que também é importante, porque não disponibilizou bolsas de internet? No Município de Candeias, eu estive numa escola lá em Jaime Barcessat, a mãezinha falou assim: "Deputado, eu coloco dados móveis e eu não tenho condições de colocar, porque em uma aula que meu filho estuda, acabam-se os dados móveis.". Então por que ele não pegou esses R\$ 16 milhões, Deputado Ismael Crispin, e não comprou bolsa de internet e distribuiu para os alunos?

Infelizmente, o que eu vejo, o que eu vejo, é que existe a indústria do caos no governo. Tem muita gente, muito neguinho, se beneficiando com a Covid-19. O que eu vejo é que tem muita gente se dando bem com a Covid-19, porque enquanto os holofotes estão na Saúde, a Sejusestá cometendo irregularidades na contratação dos alimentos; a Educação gastou R\$ 16 milhões para comprar laboratórios de informática móvel. Se não tem aula presencial, para que laboratório de informática, Deputado Alex Redano? Infelizmente, é uma grande vergonha. É uma vergonha! Eu tenho vergonha de ter sido líder deste governo por 2 anos, porque agora, nesta pandemia, as máscaras estão caindo, Deputado Jair Montes. As máscaras estão caindo. E como representante do povo, eu vou fuçar tudo e vou trazer à tona.

O Ministério Público, Tribunal de Contas, o Estado de Rondônia precisa da ação de vocês. E não é só na Sesau, não. É na Educação. É na Sedi, é na Sejus, é no DER, é em todas as Secretarias.

Esse recurso que eu protocolei hoje, Deputado Alex Redano, me dá a possibilidade de nós discutirmos em uma

data futura, na qual o senhor como Presidente desta Casa, Presidente da Mesa Diretora, tem a total liberdade de pautar ou não esse PL. O que eu estou pedindo é apenas que traga a oportunidade, traga a oportunidade de nós voltarmos daqui a uma semana, daqui a duas semanas, daqui a três semanas, discutirmos esse PL. É só isso que peço. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida a palavra, para a discussão do Requerimento, ao nobre Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, é claro que a gente respeita todas as opiniões, a favor e em contrário, e até porque, aqui, a gente não discute pessoas, a gente discute ideias. E entendo a vontade do Deputado Eyder em ver um Projeto que ele defende ser aprovado. No entanto, quando o Deputado cita que o Projeto foi aprovado quase que de forma unilateral, daí ele falta com a verdade, não respeita a Casa, não respeita as Comissões. A Comissão que levou o Projeto ao arquivo é a Comissão de Educação, cuja a presidência, hoje, do Deputado Adelino, naquele momento era do Deputado Alan Queiroz. E as Comissões têm suas composições. E é por isso que eu, enquanto membro desta Casa e membro de algumas Comissões, faço questão de participar das Comissões, para ter voz, para ter voto, para ser decisivo nos momentos importantes. E naquele dia, nós estávamos presentes com três membros titulares. E o Projeto foi colocado em votação. O relatório foi meu, e o Projeto, colocado em votação. Votou o Deputado Alan, votou o

Deputado Lazinho, pelo arquivamento do processo. Então, não é verdade que o processo foi votado unilateralmente. Até porque eu entendo "unilateral" como decisão de uma pessoa só. Então não foi. A gente precisa deixar isso muito bem claro aqui. E o Parlamento tem essa coisa boa, que é discutir. Reforço: a gente não debate pessoas; nós debatemos ideias. Neste momento eu digo mais, vou mais além: neste momento nós debatemos a vida porque nós estamos enfrentando um inimigo inigualável. Ninguém aqui enfrentou a Covid-19, vez nenhuma na história e nós estamos enfrentando. E, neste enfrentamento, a discussão que nós fazemos é em defesa da vida. Hoje, senhores, eu já chorei porque amigos meus, neste momento, famílias enlutadas, porque não conseguiram vencer o enfrentamento à Covid-19. Nós tivemos aqui, eu anunciei, a morte do Pastor Moisés, que é servidor desta Casa. Assim como agora, recebo a notícia da Dona Fátima, da minha cidade, pioneira da minha cidade, que morre em virtude da Covid-19. E é este enfrentamento que nós estamos fazendo. Agora, claro, concordo aqui com o Deputado Anderson, quando ele fala que é essencial. E quem falou que não é essencial a educação? Quem foi que disse isso? Continua sendo essencial a educação. Agora, muito mais do que a alfabetização, muito mais essencial do que isso, é a vida do povo brasileiro, a vida de cada rondoniense, desse povo que nós defendemos aqui nesta Casa. Por isso, rechaço aqui as palavras do nosso querido Deputado Eyder Brasil, quando fala que a decisão foi unilateral. Não dá para aceitar isso.

O SR. JAIR MONTES - Deputado, Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelo discurso, nobre Deputado Ismael Crispin.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Só um minutinho, Deputado Lazinho. Não é nem a Questão de Ordem. É para discutir o Projeto mesmo. Vou passar a palavra para o Deputado Jair e... Na verdade, gente, eu quero parabenizar todo o Parlamento. Essa discussão de ideias é muito saudável, não é? É muito salutar. Então, eu parabenizo a todos os nobres. Passou aqui uma frase, gostaria até de falar essa frase, porque é o que está acontecendo aqui. Às vezes, você... É a uma frase de Voltaire: "posso não concordar com uma única palavra do que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito de dizê-la". É o que está acontecendo aqui. Vários, aqui, têm pensamentos divergentes. Isso faz parte do Parlamento, mas eu vejo que essa é a graça. Nós temos que dar liberdade a todos os deputados, todos os deputados, sem exceção, para se manifestar, apresentar os seus Projetos, apresentar suas ideias, e o plenário é soberano.

Passo a palavra, primeiramente ao Deputado Jair Montes e, logo após, ao Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. JAIR MONTES - Deputado Crispin, depois o senhor passa no meu gabinete, para a gente conversar. O senhor me emocionou, agora. Parabéns. Imagina o governo assistindo aí. Deixa eu falar aqui, o importante de tudo é o respeito, acima de tudo, que neste Parlamento, eu sei que cada

deputado defende as suas ideias. E até entendo a situação do Deputado Eyder Brasil, mas quem vai dizer se a aula está apta a ter ou não é a Educação do Estado. É o Secretário de Educação que tem a responsabilidade, o Secretário de Saúde, o próprio governo dizer: o tempo é esse. Hoje eu não tenho, também, coragem, meu filho estuda numa escola particular, escola adventista e eu já falei: prefiro que meu filho repita o ano, do que ele venha a óbito. Porque é melhor ter um filho reprovado do que morto, não é? Deus o livre! Então, a gente tem que ter muita coerência, muita paz neste momento, muita prudência. O que nós temos que brigar, hoje, é com o Ministério da Saúde para que encaminhe mais vacina a Rondônia. A gente tem notado, e o Deputado Luizinho falou uma coisa aqui que eu também ouvi do próprio Secretário, que graças a Deus aquelas pessoas que estão acima de 70 anos, que já tomaram a primeira dose, que já está tendo que tomar a primeira dose, elas têm até tido a Covid, têm até contraído a Covid, mas elas não estão sendo internadas e nem sendo intubadas. Isso já é muito bom. Então, nós não estamos perdendo, hoje, as pessoas acima de 70 anos que já estão imunizadas. E agora, imagina quando todo mundo, Deputado Anderson, que o senhor se preocupou até com os professores, quando todo mundo se imunizar, a gente vai poder retornar à vida normal. A gente não sabe se é maio, junho ou julho, mas sabemos que quanto mais rápido chegar a vacina, e mais rápido as prefeituras, os prefeitos, os secretários de saúde vacinarem, a gente vai parar de chorar a morte de gente querida, de amigos, de pessoas que nós conhecemos. Hoje mesmo, perdemos mais um servidor desta Casa – Moisés, se eu não me engano, se não me falha a memória, o nome dele –, e já foram muitos desta Casa que nós perdemos, por quê? Porque nós estamos trabalhando de maneira presencial. Alguns deputados de forma remota, e eles vêm trabalhar conosco. E eu aprendi uma coisa, o vírus

é um só, o que muda é o organismo. Então, assim, eu tive a Covid e tive uma reação. A minha irmã teve e foi intubada e quase veio a óbito.

Então, neste momento, deputados, é muita prudência. Muita prudência. Nós temos que ter muita prudência, porque nós estamos mexendo com o bem maior que existe que é a educação e o bem maior são os professores, os profissionais da Educação e os nossos filhos, os filhos de alguém, que muitas vezes não têm nem o que comer. Às vezes, eles precisam da escola para comer, mas, muitas vezes, não têm onde internar porque está tudo lotado hoje. Então, só peço aqui, neste momento, prudência para que nós possamos fazer uma coisa com muita responsabilidade. E é até importante, Deputado Eyder, nós convidarmos o Secretário de Educação – viu, líder do governo, Deputado Luizinho Goebel. O Secretário de Educação, a sua equipe; trazer também o Secretário de Saúde para explicar para nós qual o planejamento que a Secretaria de Educação está fazendo, qual o planejamento que a Secretaria de Saúde está fazendo para a Educação, para o retorno às aulas. É importante isso, porque nós teremos mais convicção, aí nós saberemos o que vamos votar, para que amanhã, nós votemos algo, Deputado Eyder, e um aluno, dois alunos, um professor lá em Manaus, quando voltou, morreu. E dizer assim: “a culpa é da Assembleia Legislativa. Que a Assembleia votou um Projeto e acabou matando o meu filho, matando o meu esposo, matando a professora”. Então, isso não pode acontecer. Ficam aqui as minhas considerações, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito, Deputado Jair Montes.

Passo a palavra, para discutir novamente, ao Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Para discutir também, Presidente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Presidente, eu acho que o Deputado Eyder tem todo direito de colocar as suas ideias, os seus Projetos, mas ele não tem o direito de desrespeitar a Casa e desrespeitar o colega parlamentar, quando ele diz que faltou hombridade para votar esse Projeto na Comissão. Muito ruim esse tipo de posicionamento, porque aí foge à discussão de ideias, foge à discussão de debates internos para poder solucionar o problema da comunidade, da sociedade, que não é esta a sociedade que está sendo debatida, essas escolas que estão sendo debatidas, não são escolas particulares. Porque particular, 1%, 2% da população tem os seus filhos na escola particular e, às vezes, claro que por mérito do pai, da mãe, da família, das suas condições de poder ter o seu filho na escola particular. Mas, mais de 90% dos alunos do Estado de Rondônia estudam na escola pública. Isso também não serve só de base. O que serve de base é a gente ver o discurso do Deputado Ezequiel Neiva, e eu li as reportagens, onde o Deputado Ezequiel Neiva disse que de uma família até agora, do dia 18 para cá, foram oito pessoas enterradas. Nós estamos vivendo, neste momento, essa dificuldade e esse sofrimento neste País, não por causa das aulas. É por causa de uma irresponsabilidade de atitudes tomadas há dias, há um ano, há seis meses, e agora nos leva a isso. E se tiver que ficar mais um ano sem essas crianças irem para a aula, eu não vejo que isso seria mais importante do que a morte. Não tem como você imaginar que

uma criança pode ir para a escola, correndo o risco de levar para casa a morte. Então, acho que todo mundo tem o direito de pensar diferente. Agora, eu, para mim não faltou hombridade, assim como eu tenho certeza que para o Deputado Eyder também não falta hombridade em querer colocar o Projeto, porque cada um tem um pensamento diferente. Mas, eu quero parabenizar o senhor, Presidente, porque esse debate é muito importante. Volto a repetir: tem uma Comissão, tem um grupo de trabalho montado, não está sendo omisso e, eu tenho certeza que no momento exato retornaremos às aulas com a maior segurança possível. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL - Para discutir, Presidente. Ah, desculpa, o Deputado Cirone.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deixa eu só, o Deputado Eyder talvez tenha errado nas colocações das palavras. Eu gostaria de fazer justiça que, mesmo de forma virtual, as Comissões estão funcionando e assim, as divergências de ideias entre os pares é natural. Muitas vezes, aqui, minhas ideias foram votos vencidos. Isso é natural, é do Parlamento. E mais uma vez parabenizo pela discussão de um assunto tão importante e tão polêmico, que muitos se furtam em discutir e nós estamos aqui, longamente, discutindo esse assunto.

Passo a palavra ao Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Primeiramente, Presidente, quero parabenizar pela condução desse tema tão importante. Vários deputados participaram das discussões e quero, aqui,

reforçar a fala do Deputado Jair Montes, em relação a convidar ou convocar o Secretário para trazer esclarecimentos aqui para esta Casa, o que a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia está fazendo em relação aos nossos estudantes. Hoje, eu cobrei aqui a relação à alimentação ou à merenda escolar, o que está sendo feito com esse recurso? Um segundo momento, se a Secretaria de Educação tem algum projeto para fazer com que esses alunos consigam contratar dados móveis; os professores estão pagando essa internet do próprio bolso. Foi cortado o vale-transporte, várias situações dos professores e eles estão pagando os dados móveis do próprio bolso. Então, a Secretaria de Educação poderia vir aqui, trazer alguns esclarecimentos. Nós temos escolas do Estado sendo furtadas, então, acho que, pediria, aqui, ao Deputado Eyder Brasil que retire esse Pedido de Recurso. Nós ouviríamos, aqui, o Secretário e depois disso nós entraríamos em um consenso de votar.

E temos outro tema também, Deputado Eyder Brasil, que sobre o transporte escolar. Esta Casa aqui votou uma ajuda de custo para as empresas de transporte escolar. Eu recebi, na semana passada, que tem empresas aí que sofreram várias ações trabalhistas, e não tem de onde tirar o dinheiro para pagar os seus trabalhadores. Porque ele só tem um ônibus para transportar, não pode mandar embora, porque entrou naquele projeto do Governo Federal e agora, não tem como pagar, e estão sofrendo processos trabalhistas em relação aos acertos, falta de pagar salário, sendo que esta Casa aprovou, que tinha uma ajuda de custo de 30% ou 35%. Foi julgado já no TJ, já deu ganho de causa a várias ações impetradas por essas empresas e as Prefeituras agora alegam que não estão pagando, porque o Governo do Estado retirou o dinheiro do convênio dos transportes. E como é que nós vamos fazer? Esta pandemia vai passar, se Deus quiser,

nesse mês de junho, depois da vacinação vai passar. O que é que nós vamos fazer para transportar esses alunos para a sala de aula? Então, acho que é um tema importante.

É importante a vinda do Secretário de Educação aqui para esclarecer todas essas dúvidas para nós, deputados. Nós somos a caixa de ressonância da sociedade rondoniense. Então, que venha aqui e esclareça para que nós possamos transmitir lá para Pimenteiras, lá para o Vale do Abunã, para todo o Estado de Rondônia, as informações que a Secretaria de Educação tem para o povo de Rondônia. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Cirone.

Com a palavra, o autor do Projeto, Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Quero aqui realmente fazer minhas as palavras do Deputado Alex Redano. No calor da emoção, às vezes, muitas vezes, a gente acaba extrapolando o limite. Quero aqui fazer a minha reverência ao Deputado Ismael Crispin, sabedor do meu discurso, da admiração que eu tenho pelo seu trabalho. Ao Deputado Lazinho da Fetagro também, até mesmo por conta do seu grande conhecimento parlamentar, da sua experiência de Casa. E essa é uma pauta muito quente. Ela é acalorada, Deputado Alex Redano. E quando a gente olha, um ano passou e nada foi feito, Deputado Adelino Follador, a gente fica realmente muito entristecido. E ver que parte da sociedade nos cobra e a gente tem a resposta do governo de que não tem condições de promover. Como o Deputado Anderson Pereira falou, esse

Projeto apenas estabelece que as aulas presenciais sejam atividades essenciais e permite que o governo não faça o retorno das aulas. O Projeto permite que o governo, se ele falar assim: "eu não tenho condições de fazer o retorno das aulas", ele não faz. Está no PL, é do Projeto. Mas, se as escolas privadas tiverem condições, o Projeto permite que elas tenham. Em virtude dos encaminhamentos dos Deputados Jair Montes, do Deputado Cirone Deiró, e Presidente Alex Redano, que tem sido um parceiro nessa discussão, eu gostaria, Presidente de retirar de pauta e já fazer um encaminhamento de que nós possamos, daqui a 15 dias, convidar o Secretário do Estado da Educação, o Suamy, que ele possa estar aqui e realmente *in loco*...

O SR. JAIR MONTES - Pode ser já para a semana que vem.

O SR. EYDER BRASIL - É que semana que vem a gente já tem várias aprovações e vai ficar... Eu sei que não vai acontecer. Então, que daqui a 15 dias, Presidente, a gente faça aqui. Eu quero fazer aqui um Requerimento verbal de nós convidarmos o Secretário de Educação, Suamy, e aí nós discutirmos. Agradeço a todos pela discussão. Como o senhor falou, essa é a nossa função: dialogar. Peço as minhas sinceras desculpas aos membros da Comissão de Educação, em especial ao Deputado Alan Queiroz, Deputado Ismael Crispin, Deputado Lazinho da Fetagro, pelas minhas palavras mais exacerbadas - vamos dizer assim - e dizer que nós continuamos o trabalho aqui como bem o povo nos colocou aqui. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero parabenizar a atitude do Deputado Eyder. Eu vi que ele também se excedeu nas palavras, mas não esperava menos de Vossa Excelência. Muito bonita sua atitude de se desculpar com os pares. Porque, às vezes, no calor da discussão, às vezes a gente se empolga. Então, parabéns pela sua atitude. Está retirado de pauta o Projeto.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Eu queria incluir também o Secretário de Saúde. Que venha o Secretário de Educação e Saúde para poder a gente discutir melhor. E eu também quero parabenizar o Deputado Eyder Brasil, que, de forma inteligente, foi muito assim, de maneira elegante, você se desculpar com os seus colegas. Parabéns pela sua atitude.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, ouvi atentamente todos os lados - lógico que eu tenho o meu posicionamento - , mas eu gostaria de parabenizar o início da propositura do

Deputado Eyder Brasil, porque nesse momento nós teremos aí a oportunidade de saber o que é que o Estado provém quando as aulas iniciarem: qual é o verdadeiro planejamento da Seduc; qual é o verdadeiro planejamento da Secretaria de Saúde referente aos professores que já estão com a idade avançada, com relação aos alunos; o que é que o Secretário tem tecnicamente para falar; quais serão os alunos que, de repente, poderão ser vacinados. Eu acredito que daqui a 15 dias o Estado vai ganhar muito com esse encontro que teremos aqui entre os Secretários e este Parlamento. Parabéns.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Palavra com o Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero parabenizar o Deputado Eyder Brasil, até aceitou sugestão minha, do Deputado Cirone, que acho que é uma maneira de a gente ouvir. Espero que na semana que vem - já está vencendo os prazos do nosso Requerimento - que a gente possa analisar, porque na outra reunião, que o senhor citou, seria daqui a 15 dias, a gente já tenha argumento baseado na programação que o Secretário vai mandar, as informações que ele deve mandar, que foram já feitas na semana retrasada e esta semana também. Vamos ver se ele responde tudo nesta semana também. Vamos ver se ele pode responder tudo essa semana, que nós temos uma semana para a gente ver direitinho o que a gente acha, as dúvidas que nós temos para questionar o Secretário e ver.

Nós estamos preocupados, porque no final do ano passado, Presidente, nós votamos aqui mais de R\$ 130 milhões. Foi um de cento e poucos milhões, outro de quase R\$ 40 milhões, para poder gastar no final do ano. Então, falou planejamento. Tudo em cima da hora.

Então, é por isso que nós convocamos hoje na Comissão de Educação, para que o Secretário venha, para ele se planejar, para gastar o dinheiro. Não é gastar os 25% correndo no final do ano. Tem que planejar durante o ano, para gastar naquilo que é mais necessário, discutir com a gente, discutir com os professores, discutir com as categorias, para priorizar.

Mas eu acho que já trouxe um efeito, todo mundo já deu sua opinião, não é, Deputado Luizinho? Eu acho que amadurecer o assunto. Todo mundo está preocupado com as crianças e está preocupado com a volta dos professores e dos alunos, possivelmente voltar. Então, tem vários lados, que nem o Deputado Ezequiel falou.

Eu tenho dois netos aqui em Porto Velho. Estudaram seis meses na escola particular, e não pegaram. Aí foram de férias no final do ano, e pegaram. Então, tem o risco tanto na sala de aula, e tem o risco fora da sala de aula. Mas nós temos que analisar o que é melhor para que a gente consiga errar menos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, o nobre Deputado Pastor Alex.

O SR. ALEX SILVA - Então, eu quero parabenizar você, Deputado Eyder, pela hombridade, pelo reconhecimento e pela

humildade. É um projeto polêmico. Eu hoje estive com duas mães no meu gabinete, que citaram até Vossa Excelência.

É um momento também de a gente entender quando o governo vai estar pronto. Digamos que, se hoje tivesse um retorno dessas aulas, qual seria o procedimento que o governo tomaria? O tempo está passando. Nós temos hoje, graças a Deus, quem tem condição de pagar realmente uma escola particular - amém! -, mas tem muito pais que não têm, que saem para trabalhar, e infelizmente o filho está ficando em casa. Inclusive, conversando com essas duas mães, elas me falaram que 60% dos alunos, hoje, da demanda municipal, estadual, deixaram de frequentar escola, seja virtualmente, remotamente. Então, assim, é preocupante.

Então, juntando aí com a fala dos Deputados Adelino e Cirone, da convocação aqui do Secretário, tanto de Saúde como de Educação, é que realmente eles nos apresentem qual o plano, qual o planejamento que eles têm para um futuro retorno dessas aulas, porque já se passou um ano e pouco. E até agora nada. E a gente sabe que o prejuízo educacional vai vir lá na frente.

Então, parabênzo Vossa Excelência pela discussão, Deputado Crispin também pela defesa. E é isso aí, vamos em frente.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Presidente, só para encaminhamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos para o último orador aqui, Deputado Anderson, por favor.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Já poderia deixar aprovado o convite ao Secretário para vir inclusive, não na Comissão de Educação, mas como o debate é geral, para todos os deputados que têm interesse...

O SR. ISMAEL CRISPIN - Comissão Geral, acho que é a Indicação do Deputado Eyder, não é? Já é o pedido? Numa Comissão Geral, acho que seria muito importante.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Exatamente, exatamente.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Coloca em votação, 15 dias. **(fora do microfone)**.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu concordo também. Colocar em votação, de maneira verbal, a pedido do Deputado Eyder Brasil, o convite ao Secretário de Educação. E de Saúde também?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Um de cada vez. **(fora do microfone)**.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Um de cada vez. Um de cada vez, senão a gente vai ficar cinco, dez horas aqui. Só da Educação, eu tenho certeza que todo mundo vai fazer pergunta. E depois vai... O de Saúde também. Tem que ser...

O SR. CIRONE DEIRÓ - 20 de abril e depois dia 27.
(fora do microfone).

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Olha: dia 20 de abril, Educação; e 27, Saúde. Que tal?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente...

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, é porque uma coisa vai ficar atrelada a outra.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Os dois juntos?

O SR. JAIR MONTES - Presidente, eu trago os dois. Eu não consigo separar educação de saúde, no momento não.

O SR. JHONY PAIXÃO - Eu não consigo separar...

O SR. EYDER BRASIL - É porque vai ter que explicar como é que funciona a vacinação, não é?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Dia 20. Dia 20.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Dentro do mesmo tema, dentro da mesma situação que a Educação... **(ininteligível)** temática.

O SR. JAIR MONTES - O senhor pode convocar um dia fora da Sessão, uma quarta-feira, que não tem tanta coisa, para a gente tratar desse assunto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pode ser uma quarta-feira. A gente marca uma Extraordinária.

O SR. ALEX SILVA - Um dia bem tranquilo para a gente poder discutir bastante.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fora da Sessão.

O SR. EYDER BRASIL - Dia 21, na quarta-feira.

O SR. JAIR MONTES - 21 é feriado. 21 de abril é Dia de Tiradentes, feriado nacional.

O SR. EYDER BRASIL - Qual a data, Presidente?

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, não é para daqui a 15 dias? Tem mais alguma coisa programada, para daqui a 15 dias?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vai na Sessão Ordinária mesmo, dia 20.

O SR. EYDER BRASIL - Eu acho que pode ser no dia 20, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em apreciação o convite ao nobre Secretário SuamyVivecananda e o Secretário de Saúde, Fernando Máximo.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, o Estado todo vai estar ligado nessa *live*, o senhor tenha certeza disso. Os professores estão apreensivos e curiosos de como vai funcionar essa metodologia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vai ser interessante, vai ser bom. Parabéns, parabéns. Vamos colocar em apreciação...

O SR. JAIR MONTES - Só rapidinho, Presidente. Rapidão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Dia 20, tá?

Deputado Jair.

O SR. JAIR MONTES - Além disso, tem uma choradeira, que eu acho que, com razão, ninguém tem culpa que a pandemia apareceu. Isso é um caso fortuito. E o cidadão, o professor, quando fica em casa, ele está perdendo o auxílio-transporte dele, ele não está recebendo. Isso é um absurdo. Se o Estado tem dinheiro para pagar, paga o auxílio. O profissional não tem culpa que teve a pandemia e

ele não está trabalhando. Ele quer trabalhar, mas ele não pode trabalhar, por que tirou o auxílio dele?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Deputado Jair, tem um encaminhamento do Deputado Lazinho nesse sentido, até de uma inversão. Porque é verdade. Por exemplo, esse ele não está indo trabalhar, ele não recebe o auxílio-transporte. Ele não está indo trabalhar 'vírgula', porque ele tem que usar os meios tecnológicos para poder trabalhar. E aí, esse auxílio, salvo engano é esse o encaminhamento do Deputado Lazinho, esse auxílio que era encaminhado para o auxílio-transporte, que seja revertido para tecnologia, para internet, porque o professor usa o celular, usa o tablet dele, essas coisas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito, verdade.

Coloco em apreciação do plenário. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Ficam convidados os nobres Secretários Suamy Vivecananda e Fernando Máximo para comparecerem ao plenário na Sessão Ordinária, terça-feira, dia 20 de abril, às 16 horas.**

O SR. EYDER BRASIL - Presidente, só para Questão de Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida.

O SR. EYDER BRASIL - Como vai ser um encaminhamento, acredito que de toda Casa, a assessoria da Mesa pode fazer

o Requerimento e todo mundo assina, por mim não teria problema. Pode fazer?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pode. Coletivo.

O SR. EYDER BRASIL - Coletivo. Por mim não tem...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coletivo. Sem problemas.

O SR. EYDER BRASIL - Aí, a assessoria pode fazer, não é?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos agora, Senhores Deputados, aos Projetos.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (2º Secretário) - Presidente, eu só peço uma licença para mandar as nossas condolências aqui da Assembleia Legislativa ao ex-vereador de Cacoal, pioneiro de Cacoal, Natin Fole, colega do partido do Deputado Lazinho da Fetagro, faleceu hoje devido a complicações da Covid-19. Uma família pioneira da Linha 10 em Cacoal, chegaram lá na década de 1970. Então deixar aí as nossas condolências a toda a família Fole ali da cidade de Cacoal. Obrigado, Presidente.

- PROJETO DE LEI 999/2021 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Estabelece como prioridade para a vacinação contra a Covid-19 aos servidores que atuam na linha de frente das Secretarias de Ação Social dos Municípios do Estado de Rondônia.

Lido, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns ao Deputado Adelino porque, realmente, é muito importante. São servidores que estão praticamente à frente, atendendo dia a dia.

O Projeto encontra-se sem parecer. Gostaria de convidar o nobre Deputado Anderson para proceder o seu parecer em plenário.

O SR. CIRONE DEIRÓ (2º Secretário) - Só um pouquinho Deputado Anderson. Eu queria propor ao Deputado Adelino Follador, que é o proponente da Emenda. Eu falei na minha fala hoje, para a gente incluir as casas lotéricas e a Caixa Econômica, devido ao trabalho social que está fazendo, pagando esses recursos que o governo Federal disponibiliza, Bolsa Família. E aí eles estão com muita dificuldade porque atendem muitas pessoas. Então, eles fazem esse trabalho social. Se o senhor me permitir, eu colocaria uma Emenda aí no seu Projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu acho, Deputado Alex, eu acabei de receber agora um áudio, pedindo para incluir os pastores e os padres. Então já poderia, se vocês concordarem, colocar a sua Emenda e a minha. Os pastores e

os padres, porque também são pessoas muito expostas também. Além de transmitir, eles podem também ser contaminados. Então, se concordar, nessa Emenda coloca então, que ficou fora.

O SR. CIRONE DEIRÓ (2º Secretário) - E ficou fora, Deputado Adelino Follador, os servidores da Fhemeron que estão lidando ali com sangue, com pessoas. Acrescenta e, no caso do meu discurso, eu falei dos advogados.

O SR. JAIR MONTES - Senhor Presidente, só uma notícia triste. Senhor Presidente, rapidão antes de o Deputado Anderson fazer ali o parecer dele.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim.

O SR. JAIR MONTES - Nós batemos um recorde hoje 4.211 mortos no Brasil.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Complicado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Nossa!

O SR. JAIR MONTES - Então, é algo desesperador. Ontem foram mil e alguma coisa e hoje chegou a quase cinco mil. Segundo o que os especialistas falam, nós vamos chegar à

marca de cinco mil a qualquer momento desses. Então, está bem perto. Hoje 4.211 mortos no Brasil.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra nobre Deputado Anderson Pereira para fazer a relatoria com todas as Emendas inclusas.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Projeto de Lei 999/2021 do Deputado Adelino Follador, "Estabelece como prioridade para a vacinação contra a Covid-19 aos servidores que atuam na linha de frente das Secretarias de Ação Social dos Municípios do Estado de Rondônia."

Nosso parecer, com a Emenda do Deputado Cirone e do Deputado Adelino que inclui os profissionais de casas lotéricas.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Os funcionários de casas lotéricas.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Os funcionários que atendem em casas lotéricas e também a outra que o Deputado...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Os pastores e os padres.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Pastores e padres que também fazem um trabalho social excepcional pela nossa população.

O SR. CIRONE DEIRÓ (2º Secretário) - Servidores da Fhemeron e da Caixa Econômica.

O SR. ANDERSON PEREIRA - E servidores da Fhemeron e Caixa Econômica.

Então, o nosso parecer é pela legalidade e constitucionalidade com a Emenda do Deputado Cirone e do Deputado Adelino.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gostaria de colocar em apreciação do plenário, o parecer do nobre Deputado Anderson Pereira, com as Emendas. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Aprovado o parecer.

Agora, em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 999/2021 com as Emendas. Algum deputado para discutir? Não havendo discussão, em primeira votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda votação.**

Senhor Secretário, próxima matéria.

O SR. CIRONE DEIRÓ (2º Secretário) -PROJETO DE LEI 960/2021 DO DEPUTADO ALEX SILVA. Reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabenizar o nobre Deputado Pastor Alex Silva pela sensibilidade e pelo brilhantismo desse Projeto. Tem vários estudos que comprovam que a atividade física, ela beneficia em vários fatores, inclusive noCovid-19. Então, meus parabéns.

O Projeto encontra-se sem relatoria. Eu convido o nobre Deputado Anderson Pereira para proceder o seu relatório em plenário.

O SR. ALEX SILVA - Depois que o Deputado der o parecer a gente discute aqui rapidinho, Presidente, por favor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Projeto de Lei 960/2021 de autoria do Deputado Pastor Alex Silva, "Reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais."

Quero parabenizar o Deputado Alex Silva pela autoria desse Projeto. Inclusive, alguns profissionais de educação física já haviam procurado a gente pedindo a inclusão desse projeto na Ordem do Dia, Deputado Alex Silva. E nós sabemos e tenho a consciência, eu que também pratico - não com muita frequência, mas em algumas situações - a atividade física, sei, que esses profissionais e que as pessoas que praticam, têm uma saúde de qualidade que, na maioria das vezes, resiste a muitas enfermidades, principalmente à

Covid-19. Isso está mais do que comprovado. Na maioria das vezes a mídia não fala. Mas nós damos o exemplo do próprio time do Corinthians, em que mais da metade pegou Covid e praticamente quase todos os jogadores foram assintomáticos porque estavam com a saúde em dia, com a sua atividade regular também em dia, porque profissionais como eles, têm de estar, não é? É obrigação deles estar. Isso prova que é um Projeto importante e tem que ser dada essa atenção e a gente tem que fazer políticas públicas para incentivar mais práticas de educação física para que as pessoas tenham mais saúde e evitem cair dentro dos hospitais, nos quais já não cabe mais ninguém.

Então, nosso parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissões pertinentes é pela legalidade e constitucionalidade da matéria, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Anderson. Em discussão o parecer. Algum deputado para discutir?

O SR. ALEX SILVA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - A palavra ao autor do Projeto. Mais uma vez, parabéns, nobre Deputado Pastor Alex. Com a palavra.

O SR. ALEX SILVA - Deputado Redano, os demais deputados. Tive a oportunidade de conversar com alguns aqui sobre a importância do Projeto. O Deputado Anderson, na outra Sessão, me deu um depoimento de um amigo que chegou a

ser intubado, me corrija, Deputado Anderson. E que a médica disse o quanto foi essencial, por ele praticar atividade física. A atividade física hoje, Deputado Eyder, não prejudica ninguém. Ela só faz o bem. Quem dera que fosse mais atividade física e menos doença.

Eu, no início da pandemia, eu fiz um checkup, fiz alguns exames, todos os especialistas, todos os médicos pelos quais eu passei, orientaram, todos: pratique uma atividade física, algum exercício. Seja caminhada, seja corrida. Desse tempo para cá, eu tive oportunidade, até de conversar com o nosso atleta, (que nós temos aqui um atleta nato, que é o Deputado Aécio da TV, eu até conversei com ele aqui pelo WhatsApp, ele está de forma remota), e ele falou para mim que ele correu, se não me engano essa semana, 25 quilômetros. E ele também me deu um depoimento de um problema cardíaco, até me corrija, Deputado Aécio, que ele teve no passado, Deputado Jhony, e que ele – o senhor está ouvindo, não é, Deputado Aécio?

O SR. AÉLCIO DA TV *(Por videoconferência)* - Claro, eu estou aqui. Eu também quero falar.

O SR. ALEX SILVA - Beleza. E ele citou para mim um problema que ele teve no coração, e que praticamente ele foi desenganado. E devido à prática de exercícios físicos a que ele deu continuidade, por orientação médica, hoje ele é um testemunho vivo. E daquele dia em diante, eu também pude me cuidar mais. Passei a fazer caminhadas com frequência. Ele também me orientou, o Deputado Aécio, de que forma a gente começava a fazer corrida, correr; não só caminhar, mas correr. E, de lá para cá, graças a Deus, primeiro a proteção de Deus, Deputado Cirone, porque se não for, a

gente, infelizmente está perdido, e segundo, a gente tem que tomar todas as medidas possíveis para cuidar do nosso bem-estar, dada a saúde. Eu pesquisei, aqui, vários especialistas que se manifestaram em relação à pandemia, e falaram da importância de você praticar uma atividade física: uma caminhada; se tiver que ir a uma academia – com todos os cuidados necessários, que estão tomando –, vá, pratique. Assim eu peço e desde já agradeço o apoio de todos os pares pela aprovação desse Projeto. Deputado Anderson, como nosso Relator. É isso aí, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Pastor Alex.

Coloco em apreciação o parecer. Mas, gostaria, antes, de passar a palavra – eu escutei aqui o início de voz e já reconheci – ao Deputado Aécio da TV.

Com a palavra, Deputado Aécio.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Presidente, obrigado. O Pastor Alex me ligou, me passou uma mensagem, falando do Projeto. E eu quero aqui parabenizar o Deputado Pastor Alex pelo Projeto. Às vezes, nós não levamos muito a sério a questão da atividade física. Isso é comum, isso é normal e nós, seres humanos, teve um meme esta semana que viralizou na internet, da Raquel, quando alguém está falando sobre a resistência dela em fazer a sua pedalada de bike. Por que é que eu estou falando isso? Porque eu tive um problema gravíssimo, eu sempre fui – desde os 30 anos – hipertenso, e minha família tem um histórico de problemas de coração: muitos infartos, e até minha vó, inclusive, morreu de infarto. E eu fui

diagnosticado, há cerca de três anos, com entupimento na artéria descendente do coração, com 50% de entupimento, porém, nela não poderia ser colocado stent porque era muito na beirinha da aorta e ela não tinha condições. Então eu tinha que fazer uma safena para substituir essa artéria, fazer uma ponte de safena. E, aí, a médica me orientou que se eu fizesse atividade física, eu poderia até reverter essa situação. E aí, eu comecei, fiz um regime, fiz uma dieta, comecei a fazer atividade física – sem pensar e ninguém nunca imaginava a Covid –, e graças a Deus eu reverti a situação, comecei a caminhar. Caminhei durante seis meses, depois comecei a correr e já fiz até uma meia maratona, inclusive, com o tempo de 1h53min, é o meu tempo de uma meia maratona, 21 quilômetros. Mas quando chegou a pandemia, por eu ser do grupo de risco, eu ficava sempre, muito receoso, muito escondido dentro de casa, e vocês que são deputados sabem disso. E eu quase não compareço, por causa do medo. E, por incrível que pareça, eu... **(falha na transmissão do áudio)**.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Aécio, os dados móveis, a internet do senhor, caiu. Voltou.

O SR. AÉLCIO DA TV *(Por videoconferência)* – Escondido eu andei, e ainda consegui..., porque eu tive um pouco de dor de cabeça... **(falhas na transmissão do áudio)**.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Aécio, está falando.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) - Está falhando?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Está falhando. Eu acho que é a internet do senhor.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) - Desculpa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quer tentar novamente?

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) - Só para completar, então. E, aí, de repente... Está ruim ou não? Está cortando?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Está falhando. Está cortando.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) - Então, eu só vou completar, dizendo da importância, porque eu fui praticamente assintomático na minha Covid, graças ao exercício físico. Hoje está comprovado que quem pratica atividade física tem 40% mais resistência à Covid.

Então, é extremamente importante porque exercício é saúde. Parabéns ao Deputado Pastor Alex Silva, pelo brilhante Projeto. Tem meu apoio.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns. No final, agora, a internet do senhor voltou. Ouvimos com clareza.

Mais algum deputado gostaria de discutir o parecer?

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, Deputado Jhony Paixão para discutir o parecer.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, na verdade, só parabenizar o Deputado Alex Silva. Nós que ficamos antenados, nós sabemos da importância que tem a atividade física, referente à prevenção da não utilização de um leito de UTI, com a Covid-19

Então, com certeza, a decisão mais acertada que Vossa Excelência teve, até o momento, dando liberdade para as academias permanecerem abertas. Lógico que quem vai regulamentar o distanciamento, o uso, é a prefeitura, assim como a feira-livre, mas dando liberdade para que o cidadão possa, Presidente, inclusive os leitos de UTI, temos lá os fisioterapeutas que uma das atividades deles é tentar fazer atividade física. Tem uma nova programação, agora, Deputado Alex Silva, que são pessoas para fazer atividade física, Presidente, para quem já teve a Covid-19. Só para se ter noção, já tem um pessoal especializado para tal. Resumidamente, a atividade física é fundamental para que possamos vencer esta pandemia. Parabéns.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem para discutir, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, o Deputado Eyder Brasil, para discussão do parecer.

O SR. EYDER BRASIL - Primeiramente, eu quero parabenizar o colega, Presidente desta Casa, por pautar as matérias dos deputados, prioritariamente. O senhor tem tido um olhar especial para com a Casa, para com os deputados. Desafogou uma lista de espera que estava do ano passado para cá de matérias dos deputados. Parabéns pela sua condução.

Eu quero cumprimentar o meu amigo Deputado Alex Silva pela sensibilidade da propositura, não só deste, Deputado Alex Silva, mas também por outros Projetos que o senhor tem apresentado nesta Casa têm sido aprovados, pela relevância das matérias. Quero só citar um aqui, a questão também da essencialidade das igrejas. E eu concordo em gênero, número e grau que elas são necessárias estarem abertas, sobretudo neste período. Em relação a esse Projeto da atividade física, é notório, especialistas do mundo todo orientam que a atividade física é importantíssima para o combate desta pandemia. Então, é até com contrassenso os Decretos restritivos não permitirem a prática de atividades físicas. É um contrassenso, quando a OMS e vários especialistas orientam pela prática de atividade física, vem o governo e restringe essa prática. Qual é a ideia? Que o povo adoença? Não entendo.

Então, eu quero parabenizar o Deputado Alex Silva pela propositura. Meu voto, já quero manifestar, aqui, é

totalmente favorável e que Deus possa continuar abençoando o Deputado Alex Silva e continuar nesse trabalho, aqui nesta Casa, que tem sido de grande relevância. Parabéns, Deputado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em apreciação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Fica aprovado.**

Em primeira discussão e votação, o Projeto de Lei nº 960/2021 de autoria do Deputado Alex Silva. Algum deputado para discutir? Não havendo, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 953/2021 DO DEPUTADO JAIR MONTES. Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 2.426, de 03 de março de 2011.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero parabenizar o Deputado Jair Montes por esse brilhante Projeto e ele está sem parecer. Eu gostaria de convidar o nobre Deputado Adelino Follador para proceder seu parecer em plenário.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei Ordinária 953/2021, de autoria do Deputado Jair Montes, que "Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei 2.426, de 03 março de 2011."

Nós somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Alguém para discutir o parecer do nobre Deputado Adelino Follador? Não havendo, coloco em votação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Presidente, Deputado Lazinho.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Deputado Lazinho só solicita informação sobre a mudança.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim. Eu gostaria de passar, aqui, para o Deputado Jair, que é o autor do Projeto para esclarecer. Com a palavra, o Deputado Jair.

O SR. JAIR MONTES - Deputado Lazinho, esse aqui, a empresa, agora, para fazer a vistoria e retirada de relógio, a Energisa Rondônia tem que encaminhar via AR. O consumidor tem que receber uma AR pelos Correios. Ele vai ser certificado e em 15 dias a empresa vai na casa fazer essa vistoria ou retirada de relógio do consumidor.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Por videoconferência) - Ok, Deputado, obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Algum deputado que queira discutir o parecer?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu queria só parabenizar o Deputado Jair, com certeza é um Projeto que vem ao encontro, até semana passada nós falamos da troca de relógio. Eles estão trocando o relógio e trazem uma conta absurda e depois tem que entrar judicialmente. Eles chamam para a negociação e estão, com isso, prejudicando muito as pessoas. Então, a pessoa sendo notificada tem tempo para arrumar um advogado, se precisar. Ele pode entrar até na Justiça com Mandado de Segurança para não deixar trocar, se ele achar que ele tem direito. E ele pode estar presente também, que muitas vezes ele não está em casa quando eles vão lá. Então, eu acho que com isso, Deputado Jair, parabéns é um Projeto que vem, com certeza, ajudar a população de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Venho, aqui, parabenizar o Deputado Jair por esse excelente Projeto. E gostaria de colocar em apreciação do plenário o parecer.

Antes, porém, gostaria de passar a palavra para a Deputada Cassia para discutir o parecer. Deputada Cassia.

A SRA. CASSIA MULETA - Eu também quero parabenizar o Deputado Jair Montes pela atuação dele, aqui, nesta Casa, em especial, hoje, por esse Projeto, porque a Energisa

estáabusando dos consumidores. E dizer, Deputado, que ainda há pouco eu recebi uma reclamação aqui no meu celular da Energisa, de uma casa fechada, que não tem ninguém morando nessa casa e a conta de energia veio quase R\$ 3 mil no mês passado. E este mês veio a conta de energia R\$ 4 mil e pouco. Essa pessoa mora fora do Município de Jarú e mandou para mim, para ver o que eu posso fazer. Amanhã eu já ia pegar, tirar cópia desses papéis e levar lá na Energisa para pedir explicação para eles.

Quero aqui parabenizar, que isso não pode acontecer aqui no nosso Estado, esse absurdo que sempre está acontecendo. Parabéns, Deputado Jair Montes, pelo seu Projeto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gostaria de colocar em apreciação o parecer. Os favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários que se manifestem. **Fica aprovado o parecer.**

Agora vamos à votação do Projeto. Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 953/2021, de autoria do Deputado Jair Montes. Algum deputado para discutir o Projeto? Não havendo, passaremos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda votação e discussão.**

Matéria seguinte, Senhor Secretário.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 238/2021 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública

no Município de Ji-Paraná, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

-PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 239/2021 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Santa Luzia d'Oeste, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 240/2021 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Vilhena, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 241/2021 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Porto Velho, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 242/2021 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Corumbiara, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 243/2021 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar

Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Nova União, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 244/2021 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Ouro Preto do Oeste, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 245/2021 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de São Francisco do Guaporé, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 247/2021 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Mirante da Serra, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Olha, são muitos Projetos, são vários municípios com o mesmo pedido. É o mesmo objeto. É para decretar o estado de calamidade pública.

Então, nós vamos fazer - acho que podemos fazer - essa votação do parecer, de todos eles, em conjunto, porque é o mesmo assunto, é o mesmo objeto. Então, está sem parecer.

Nomeio o Deputado Adelino Follador para proceder ao seu parecer, em plenário, de todos os Projetos em conjunto.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Decreto Legislativo 238/2021 da Mesa Diretora, que "Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Ji-Paraná, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.";

- Projeto de Decreto Legislativo 239/2021 da Mesa Diretora, que "Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Santa Luzia d'Oeste, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.";

- Projeto de Decreto Legislativo 240/2021 da Mesa Diretora, que "Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Vilhena, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.";

- Projeto de Decreto Legislativo 241/2021 da Mesa Diretora, que "Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Porto Velho, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.";

- Projeto de Decreto Legislativo 242/2021 da Mesa Diretora, que "Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Corumbiara, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.";

- Projeto de Decreto Legislativo 243/2021 da Mesa Diretora, que "Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar

Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Nova União, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 244/2021 da Mesa Diretora, que “Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Ouro Preto do Oeste, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 245/2021 da Mesa Diretora, que “Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de São Francisco do Guaporé, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 247/2021 da Mesa Diretora, que “Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Mirante da Serra, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.”.

Senhor Presidente, nós somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Algum deputado gostaria de discutir o parecer? Não havendo, coloco em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação os Projetos de Decreto Legislativo, com a Ementa: “Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, conforme solicitação da Prefeitura Municipal”, nos seguintes municípios: PDL 247/2021, no Município de Mirante

da Serra; PDL 245/2021, do Município de São Francisco do Guaporé; PDL 244/2021, do Município de Ouro Preto do Oeste; PDL 243/2021, do Município de Nova União; PDL 242/2021, do Município de Corumbiara; PDL 241/2021, do Município de Porto Velho; PDL 240/2021, do Município de Vilhena; PDL 239/2021, do Município de Santa Luzia d'Oeste e PDL 238/2021, do Município de Ji-Paraná.

Em votação e discussão única os Projetos de Decreto Legislativo. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Ficam aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, pela Ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida, Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Só para fazer aqui um agradecimento e, na verdade, uma demonstração de que o tratamento aqui sempre precisa ser respeitoso, embora a gente tenha os debates, que é normal, do Parlamento. Mas eu quero agradecer ao Deputado Eyder.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Legal!

O SR. ISMAEL CRISPIN - Por proporcionar um debate à altura do que merece o povo de Rondônia. Fico muito feliz

por estar na Assembleia Legislativa neste momento, e a gente poder fazer essa discussão, e quero estar muito anos aqui e a gente ter outros ardentes debates, desde que, claro, sejam em defesa do povo rondoniense.

Parabéns pela postura de Vossa Excelência e agradeço o entendimento, e até pela retirada. Parabéns, mais uma vez.

Muito obrigado, Deputado Eyder.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Bacana, Deputado Crispin. Parabéns pela atitude.

Foi uma discussão muito bonita a que tivemos hoje nesta Casa. Eu peço desculpa aos deputados, eu sei que talvez, dada essa liberdade que estou dando a todos se manifestarem, nossas Sessões se alongam muito, ficam até cansativas. Mas eu acho que isso faz parte do Parlamento, e é interessante que cada deputado tenha oportunidade de expor as suas ideias e poder debater os seus Projetos.

Com a palavra, o nobre Secretário Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. O parlamentar que este subscreve na forma regimental, requer ao Governador do Estado, extenso à Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, a apresentação de todos os contratos que o Governo do Estado possui com a empresa Sabor a Mais Comércio de Alimentos EIRELI representada por seu sócio proprietário o Sr. Patrick de Lima Oliveira Moraes.

- REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer a criação da Comissão Temporária de Parlamentares com a finalidade de verificar e debater políticas públicas sobre a produção, qualidade, preço, incentivos fiscais e tributação de leite produzido no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 199 do Regimento Interno, que seja dispensado do interstício regimental para apreciar em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 953/2021, 960/2021 e 999/2021, de autoria do Deputado Jair Montes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Em discussão e votação o Requerimento. Não havendo discussão, coloco em apreciação. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado.**

Isso aqui nada mais é do que o pedido de segunda votação dos Projetos que votamos, agora há pouco, em primeira.

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária, para apreciarmos as seguintes proposições.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão Ordinária às 19 horas e 54 minutos)

(Sem revisão dos oradores)